

ANO 1 - NÚMERO 11 - SETEMBRO 2015

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 7,90

**AS CORES QUE VESTEM
O BRASIL DE PRIMAVERA**



ISSN 2359-053X

7 189235 91053003

11

BRASÍLIA
LAGO PARANOÁ
P. 12

PERFIL
CONCEIÇÃO FREITAS
P. 30

URBANIDADE
VOU DE UBER, "CÊ" SABE...
p. 32

SALVE, SALVE, PRIMAVERA!

A LENDA DO IPÊ*

Milhares de Canarinhos
Com sua cor amarela
Fazendo um burburinho
Tornaram a árvore bela.

Cobertos todos de aves
Com os Ipês, solidárias,
Nas cores lindas e suaves.
Não eram mais solitárias.

Lindas Araras coloridas
Viram os Ipês desfolhados,
Pousaram no entardecer
E deram tons arroxeados.

O Bom Deus se comoveu,
Então milagrosamente,
Em cada Ipê nasceu
Flor de cor de diferente.

Conta uma antiga lenda
Que as árvores em festa
Exibiam suas prendas
Um às outras na floresta.

Em outras árvores adiante
Pousaram Garças branquinhas
Em suas poses elegantes
Fizeram dos Ipês umas gracinhas.

Nasceu a flor amarela,
O Ipê Roxo e o Rosa,
O de flor branca, tão bela!
Que coisa mais primorosa.

Mas a árvore do Ipê
Desfolhada e tristonha
Ninguém parava pra ver
Ou consolá-la da vergonha.

Os Colhereiros rosados
Em outras árvores pousaram
E o espetáculo encantado
Os anjos observaram.

Deus não contente juntou,
Sob o céu azul de anil,
Todo Ipê que encontrou,
No solo deste Brasil.

Os Ipês então choraram
E aos céus se dirigiram
Milhões de pássaros chegaram
E assim se distribuíram:

Um deles voltou ao céu
E chamou Deus para ver,
Descortinando um véu,
Mostrou-Lhe os pés de Ipês.



Hull de La Fuente
Escritora

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura,
fará a Xapuri continuar acontecendo

**ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES**

R\$ 75,00

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE



**Aproveite suas férias.
Deixe sua casa sob nossos cuidados.**

TASS

61 3033 3333



Mensagens pra Xapuri

*Zezé, minha querida, tenho acompanhado aqui da Turquia sua brava luta. Com relação à Xapuri, posso fazer uma doação? Faço 10 assinaturas e vocês entregam para escolas aí da região. Pode ser? **Marcos Athias Neto** – Cluster Leader for the Innovations & Development Alliances Cluster, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Istambul – Turquia.*

*Adorei a revista, as fotos, as reportagens, as poesias... **Elizabeth Galvão** – Pedagoga. Brasília – DF.*

*Muito lisonjeado por participar dessa edição [10] da Revista. Uma honra compor esse belo trabalho. Abraço a todos os companheiros da Xapuri. **Fernando Antônio Gelfuso** – Historiador, Professor. Ribeirão Preto – São Paulo.*

*Fiz minha assinatura da revista Xapuri. Coisa rara: qualidade editorial e compromisso. Com o quê? Com o meio ambiente; a acessibilidade, a mobilidade; os catadores e as catadoras; a agroecologia; a vida saudável; o artesanato, a arte, a cultura; os direitos humanos; as nações e povos indígenas, as populações quilombolas, ribeirinhas, extrativistas; as populações rurais e os movimentos sociais. A combinação qualidade e compromisso tem a garantia das assinaturas de **Maria José Weiss (Zezé)** e **Jaime Sautchuk**. **Fernando Tolentino** – Diretor-Geral da Imprensa Nacional. Brasília – DF.*

*Parabéns! Está linda a revista. Sucesso... **Cláudio de Melo** – Professor. Sobradinho – Distrito Federal.*

*A Feira do Produtor [matéria na edição 10 – agosto] é importante para os produtores e para nós, consumidores, que temos a oportunidade de adquirir produtos de qualidade como frutas, verduras, laticínios, doces, biscoitos, orgânicos e artesanatos genuinamente formosenses. Parabéns a revista Xapuri pela valorização e divulgação da feira. Esse apoio é de suma importância! **Marlene S. Abdalla** – Socióloga, Artesã. Formosa – Goiás.*

*Para atitude responsável e transformadora frente aos desafios da sustentabilidade, precisamos de pesquisas e informações confiáveis. A revista Xapuri Socioambiental é uma ótima fonte! **Duda Curado Piccorelli**, futura Engenheira Ambiental. Brasília – Distrito Federal.*

contato@xapuri.info

O ser humano se acha o maioral do Planeta e quiçá do Universo. A tendência ao exagero nos parece inata, faz parte do nosso viver. Mas cada vez mais as consciências se despertam e as ciências comprovam o quão pouco sabemos de nós mesmos, da capacidade e significância desse animal diferente dos demais, dos outros seres vivos, inclusive as plantas ou moléculas invisíveis ao nosso olhar.

Uma coisa, no entanto, é inegável. Alguns dotes dos humanos, como a fala e as mãos, os fazem mesmo bastante diferentes. A aptidão de mover a terra e produzir seus próprios alimentos, de desenhar e escrever, de produzir e manipular objetos e de brincar com as cores são alguns exemplos que marcam distinções nas trajetórias dos viventes na face do globo terrestre.

Em pelo menos três momentos, nesta edição, a Xapuri trata deste tema, com o já costumeiro desprendimento. Viajamos da confecção da chita, tecido usado pelos mais humildes que hoje veste e encanta mulheres de todas as camadas sociais, aos tons e jeitos do Cerrado e à importância das artes e técnicas agrícolas de nossos ancestrais. Mas há muitos mais nas páginas adiante. Mostramos as belezas e qualidades de pessoas vivas e já idas, novas atrações do ecoturismo e da culinária, questões modernas da (i)mobilidade urbana, e muitos outros temas que por certo servirão ao debate e ao conhecimento.

Sim, e já lembramos que, em sua próxima edição, a de número 12, a Xapuri faz seu primeiro aniversário, portanto. Este é um motivo de alegria e satisfação. Muitas dificuldades foram e estão sendo enfrentadas, inclusive de ordem pessoal de membros da equipe, mas elas não nos detêm.

Pra seguirmos adiante, contudo, dependemos de vocês que nos leem. Como presente, aceitaremos seu pedido de assinatura, que é de valor modesto mas representa muitíssimo à nossa sustentabilidade.

De resto, boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

“ Vê, estão voltando as flores
 Vê, nessa manhã tão linda
 Vê, como é bonita a vida
 Vê, há esperança ainda (...)”
 Paulo Soledade ”

COLABORADORES/COLABORADORAS SETEMBRO

Altair Sales Barbosa - Professor Titular da Universidade Católica de Goiás; **Anderson Blaine** - Web Designer; **Anita Borges** - Jornalista; **Antenor Pinheiro** - Jornalista; **Clarissa Vaz Dias** - Fotógrafa; **Fabiola Silva** - Fotógrafa; **Fernando Antônio Gelfuso** - Historiador, Professor; **Hull de La Fuente** - Escritora; **Iêda Vilas-Boas** - Doutoranda em Literatura no Peru, Escritora; **Jacy Afonso** - Diretor Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Jaime Sautchuk** - Jornalista, Escritor; **Jéssica Ferreira** - Fotógrafa; **Joseph Weiss** - Engenheiro Agrônomo, Ph.D.; **Leonardo Boff** - Filósofo, Teólogo, Escritor; **Lúcia Resende** - Mestre em Educação, Professora; **Zezé Weiss** - Jornalista Socioambiental.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Cássia Oliveira
6. Graça Fleury
7. Jacy Afonso

8. Juan Pratginestòs
9. Marcelo Manzatti
10. Neusimar Coelho
11. Priscila Silva
12. Socorro Alves
13. Ronei Alves
14. Rui Faquini



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental

Telefone: (61) 3044 7755. E-Mail: revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 - Setor Village - Caixa Postal 59 - CEP: 73.801-970 - Formosa, Goiás. **Atendimento:** Janaína Faustino (61) 9611 6826. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983 - Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Revisão:** Lúcia Resende, Maria Helena Schuster. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires - 386/GO. **Capa:** Acervo Histórico de Brasília. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa - Brasília, Goiás, Planalto Central. Revista Web - Todo o território nacional. **ISSN** 2359-053x.



10

CAPA

As cores que vestem o Brasil de primavera

22

HISTÓRIA

Mulheres emancipacionistas
Independência - a outra História

12

BRASÍLIA

Lago Paranoá
volta ao seu lugar

36

DIREITOS HUMANOS

Para as crianças,
dignidade e cidadania.
Trabalho não

16

ECOTURISMO

Parque Estadual
de Terra Ronca - Goiás

45

SUSTENTABILIDADE

A era das grandes transformações

14 **CURTAS**

20 **EDUCAÇÃO**

PEE GOIÁS - Governo muda proposta e não se compromete com a valorização

24 **GASTRONOMIA**

Queijo minas frescal

26 **LITERATURA**

O cerrado vive em mim!

28 **MEMÓRIA**

Abdias Nascimento, líder mundial do Movimento Afro

30 **PERFIL**

Conceição Freitas
Talento e Doçura

32 **URBANIDADE**

Vou de Uber, "cê" sabe...

34 **CULTURA**

Fica toma tenência

40 **ANTROPOLOGIA**

Ideias para uma história



AS CORES QUE VESTEM O BRASIL DE PRIMAVERA

Zezé Weiss

"Estampas falam, cores suspiram... mas só a chita canta e dança."
Ronaldo Fraga

Formas florais exageradas. Tramas simples. Cores vibrantes. Traços imperfeitos. Exuberância tropical. Da cultura, da arte e da alma do artesanato brasileiro, o tecido de chita é o que mais encarna o espírito da primavera, a estação do ano que, daqui do lado de baixo do Equador, aparece nos calendários como o período da natureza em festa, que vai de 23 de setembro a 21 de dezembro.

Escravos, escravas,

trabalhadores e trabalhadoras rurais, serviçais da corte imperial, subempregados da República, artistas, modelos, personagens da literatura, do cinema, da televisão e da vida cotidiana... há cerca de 200 anos, o viço encantador dos florais da chita vestem cenários e gentes da nossa História, refletindo em seus traços singelos, quase irreverentes, o espírito do povo brasileiro.

Hoje barata e acessível,

a chita, definida por sua padronagem floral montada sempre sobre o tecido de algodão conhecido como morim (se não for em base de morim, não é chita), fez um longo caminho desde sua criação na Índia, até ser encontrada em Calcutá, na África, pelo navegador Vasco da Gama, e ser trazida para Lisboa, em 1498.

De Portugal, a chita se espalhou pelos países da Europa, tornou-se objeto de

desejo das elites e, um pouco mais tarde, foi usada como moeda de troca no tráfico de escravos africanos para o Brasil, onde chegou com os europeus nos anos 1800 e foi-se consolidando gradualmente no gosto da nossa gente até tornar-se símbolo de nossa cultura popular.

Amplamente utilizada pelas mulheres escravas, nos primeiros tempos da República, a chita chegou ao vestuário das famílias "caipiras" e das pessoas mais pobres das áreas urbanas, o que a fez ser desprezada pelas elites e ficar conhecida, por muitas décadas, como pano da pobreza brasileira.

O desenvolvimento do setor têxtil e da alta produção nacional de chita nas primeiras três décadas do século XX (20.595.375 metros em 1885; 256.982.203 metros em 1908), permitiu seu uso também em colchas, cobertas e toalhas de mesas, principalmente nas casas simples das áreas rurais, mesmo nas regiões mais remotas, consolidando, assim, seu status como pano de pobre

até o ano de 1959, quando a estilista Zuzu Angel adotou o uso da chita em saias femininas.

Das passarelas do mundo fashion de Zuzu para o seu uso pelo movimento hippie e pelo tropicalismo, ao final dos anos 1960, o caminho foi mais que natural. A adesão ao chitão, a expressão mais exuberante dos tecidos de chita, por artistas como o apresentador Chacrinha e os cantores Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé, deu ao seu uso a simbologia da resistência aos tons tristes e sombrios dos tempos bicudos da Ditadura Militar.

O grande auge da paixão pela chita aconteceu, entretanto, na metade da década de 1970, mais precisamente no ano de 1975, quando a fogosa Gabriela, interpretada pela belíssima Sônia Braga na novela "Gabriela, Cravo e Canela", baseada no livro homônimo de Jorge Amado, encantou o Brasil, e logo depois o mundo, vestida com singelos vestidinhos de chita.

Nas décadas seguintes, a chita perdeu parte do glamour pop,

mas seguiu firme na liderança como o tecido mais popular das vestes e da decoração de grande parte das festas populares brasileiras, formando, com sua filhota chitinha (estampas bem miudinhas) e com seu irmão chitão (flores enormes), um ícone da identidade cultural brasileira.

O livro "Que Chita Bacana" e a exposição "Chita na Moda", lançados em 2005 pela galerista Renata Mellão no Museu da Casa Brasileira, trouxeram à baila a importância da chita para nossa cultura.

Mais recentemente, a obra "Uma Festa de Cores - Memórias de um Tecido Brasileiro", lançada em 2014, sobre a história da chita, ampliou os espaços de popularização do tecido, expressão mais pura da nossa brasilidade, pano que veste o Brasil de flor e de cor, acessível para todos os bolsos e todos os gostos.

O resgate histórico e cultural da chita, particularmente nessas primeiras décadas do século XXI, eleva-a de elemento principal de decoração das festas brasileiras, sobretudo das festas juninas e julinas do Nordeste, a produto nobre, referência estética na decoração, em passarelas, palcos, vitrines, galerias de arte.

Cada vez mais, o talento de artistas, artesãs e artesãos brasileiros recria a chita que vestiu escravas, fazendo dela a cara orgânica da primavera brasileira.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Fontes:
anbe.com.br/anbe/chita/
pt.wikipedia.org/wiki/Chita_(tecido)
tudojuntoemisturadopaty.blogspot.com.br/2012/03/chita-e-sua-historia.html

LAGO PARANOÁ VOLTA AO SEU LUGAR



Anita Borges

Aqueles que pensaram e fizeram Brasília imaginaram um lago que servisse ao equilíbrio climático a ao deleite de sua população, como um bem de todos. Com o tempo, porém, alguns poucos moradores foram se apossando do belo manancial como se fosse deles, e assim, de modo sorrateiro, ele foi furtado, tirado de seu lugar público, levado pro quintal de algumas mansões.

No final de agosto, no entanto, o Governo do Distrito Federal começou a cumprir uma demorada decisão judicial que manda pôr o lago no seu devido lugar, bem juntinho da comunidade. A Justiça deu ganho de causa a uma ação do Ministério Público do DF, que foi impetrada há dez anos e percorreu um longo caminho e

poderosas pressões. E a maioria dos moradores da capital aplaudiu o início da retirada de muros, cercas, piscinas, píeres e tantas coisas mais.

Em verdade, o Lago Paranoá havia sido previsto pela Missão Cruls, que demarcou os limites do Distrito Federal ainda no século 19. No Relatório Cruls, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo então presidente Floriano Peixoto, em 1894, foi apontado o local de construção da barragem, no Vão do Paranoá, percorrido e medido pela equipe de Luiz Cruls. O espelho d'água do reservatório deveria ficar na cota de 1.000 metros acima do nível do mar, como de fato ficou.

O local onde Brasília seria construída foi confirmado várias vezes por iniciativas de

governos brasileiros, a última das quais foi a Comissão de Localização da Nova Capital, que produziu o Relatório Brecher, em 1955. Em seguida, foi adotado por Lúcio Costa, que ganhou o concurso internacional de projetos da nova capital, e a barragem do Paranoá começou a ser construída em outubro de 1956. O lago já estava cheio quando da inauguração da cidade, em 1960.

ÁREAS PÚBLICAS

O projeto original sempre tratou com cuidado a questão fundiária, dando ao território do DF um sentido muito mais de uso que de propriedade. Os prédios das Asas, por exemplo, não têm terrenos além do

seu perímetro. Nas áreas de chácaras, era concedido o direito de uso, não a posse dos módulos.

E nos Lagos Sul e Norte os terrenos das casas correspondem a áreas de dimensões idênticas, consideradas "verdes", de uso público, em que não se pode edificar, estejam elas próximas ou distantes da orla. Nos lotes que estão próximos da água, além da área verde, é preciso respeitar a distância de mananciais, prevista em lei que vale pra todo o país.

No caso de Brasília, as OLS (quadras-lago) são formadas por ruas fechadas, que sempre terminam no último terreno, chamado de ponta-de-picolé, pelo formato do conjunto. Nos anos 1960 e 1970, muita gente evitava adquirir esses lotes, alegando que a proximidade do lago quebraria a privacidade, por serem áreas públicas. Outros, ao contrário, os compravam porque queriam mesmo era ocupar as margens.

Alguns governos do DF ensaiaram medidas de desocupação das margens, mas, ao longo dos anos, áreas onde havia apenas cercas passaram a ser palcos de edificações e usos

variados. Salões de festas, piscinas, garagens de barcos, atracadouros e assim por diante. Muitos até furtam água do lago com a ajuda de bombas, algumas das quais já descobertas e retiradas pela força-tarefa do GDF que está executando a desapropriação da orla.

PONTÃO E PRAINHA

O Pontão do Lago Sul e a prainha próxima ao Setor de Chácaras Norte são dois exemplos da abertura das margens do lago à comunidade, ambos polêmicos, por razões diferentes. Esta última por não ter estrutura nenhuma, a outra por ter estrutura demais. Ou seja, uma é completamente aberta, descuidada, onde ajunta lixo dentro e fora da água; a outra em verdade virou uma área privada, em terras públicas.

O Pontão foi criado em 1996, pelo então governador Cristovam Buarque (1995/99), com a finalidade de ser um parque público franqueado ao lazer, esportes, atividades culturais e gastronomia. Foram abertas concessões de áreas de restaurantes, lanchonetes e lojas comerciais, com o

resto do espaço destinado a piqueniques, rodas de música e conversas ou simples desfrute visual.

No entanto, a empresa que hoje controla a parte comercial do Pontão, que é relativamente pequena (3,5% do total), passou a dominar toda a área, chegando ao cúmulo de cobrar dos visitantes por fotografias que venham a tirar. Os guardas da empresa agem como policiais, impedindo qualquer atividade nos espaços verdes ali existentes e controlando a entrada e saída de pessoas em portões com guarita e correntes.

Isso significa dizer que não basta ao GDF derrubar muros, cercas e edificações. É preciso conservar as áreas que forem abertas às margens do lago, com infraestrutura adequada, regras de uso, segurança e assim por diante. Aliás, uma parte dessas áreas havia sido aberta pelo ex-governador José Aparecido de Oliveira (1985/88), que criou calçadas e ciclovia, mas elas foram ocupadas novamente pelos moradores vizinhos, por ausência da autoridade pública.

Anita Borges
Jornalista



Fotos: guiabsb.net | rotadeseguranca.com.br



DROGAS PREVENÇÃO E COMBATE

Aconteceu em agosto último (18), no plenário da Câmara Municipal de Formosa, Goiás, um ciclo de palestras sobre prevenção ao uso de drogas, realizado pela Secretaria de Educação do município, sob coordenação da secretária Argentina Martins. Estiveram presentes diretoras e coordenadoras das escolas de Formosa, e também o vereador Jurandir Oliveira, presidente da Câmara Municipal, acompanhado dos vereadores Jeremias e Jesulino de Castro. Os presentes ouviram o Juiz de Direito Dr. Fernando Oliveira Samuel e outros palestrantes.

Na oportunidade, foram distribuídas cartilhas para orientar e direcionar o trabalho dos educadores sobre temas como: "O que você tem a ver com a corrupção?", "Mudando comportamentos", "Drogas psicotrópicas", "Programa de atendimento ao usuário e ao dependente - cartilha direcionada aos pais e educadores", "Orientação da diferença entre as drogas maconha, cocaína, inalantes e tabaco". O presidente do Legislativo e vereadores presentes, além de cederem o espaço físico para a realização do encontro, colocaram-se como parceiros para, através de projetos e requerimentos, lutar sem descanso para ajudar a combater este mal que envolve nossa sociedade.

Você também pode fazer sua parte. Denuncie, acompanhe de perto sua criança, os adolescentes e jovens, procure a Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude e Câmara Municipal de sua cidade.

V FEIRA DE SEMENTES E MUDAS

Na Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso (GO), acontece este mês (25 a 27) a V Feira de Sementes e Mudas, cujo objetivo, publicado na página do evento, é "fortalecer a rede de conservação, difusão e troca de sementes crioulas e florestais e divulgar as tecnologias e práticas agroecológicas na região".

A Feira de Sementes e Mudas da Chapada dos Veadeiros já é reconhecida como oportunidade significativa de constituição de redes de reciprocidade, onde se realiza a transmissão de conhecimentos tradicionais de cultivo. Os organizadores defendem que "é parte fundamental no processo da conquista da autonomia produtiva por parte dos agricultores e fator decisivo na garantia da segurança alimentar na Chapada dos Veadeiros".

Saiba mais: feiradesementese mudas.blogspot.com.br

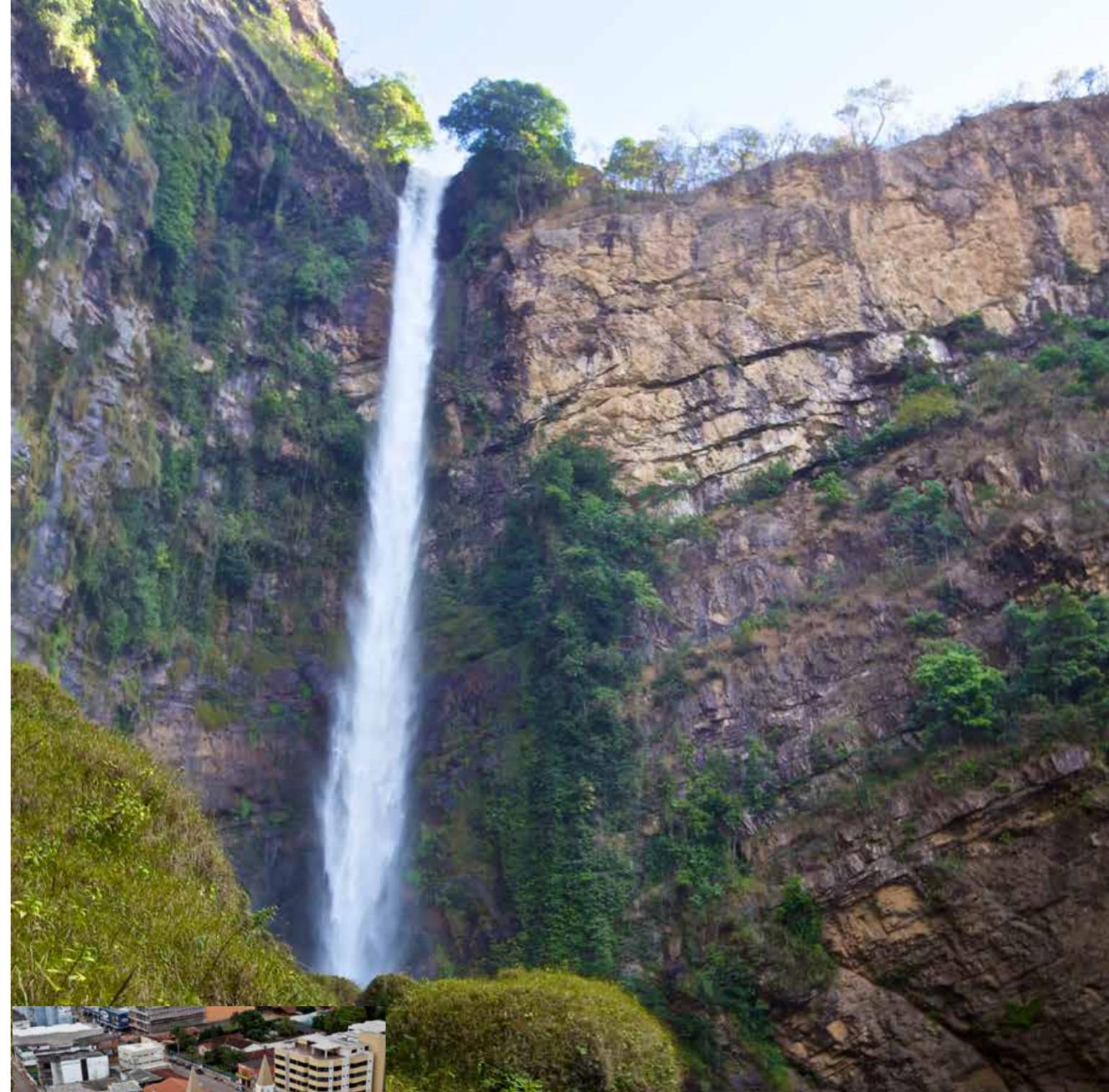
VIRADA DO CERRADO

A lei distrital 4.939/12 institui e inclui no mês de setembro a "Semana do Cerrado" no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

Em decorrência da lei e em comemoração ao Dia do Cerrado, celebrado em 11 de setembro, Brasília realiza em 2015 a primeira Virada do Cerrado, com projetos e ações desenvolvidos em várias regiões administrativas do Distrito Federal.

Com três dias de duração (11 a 13), o evento, que surge com a missão de unir pessoas preocupadas com o meio ambiente e que queiram se conectar com a natureza de forma mais sustentável, inclui atividades culturais, educacionais e de conscientização, voltadas para todas as gerações.

Saiba mais: www.tonavirada.org



CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS EM 2015

SETEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)
OUTUBRO	06 (terça-feira)	07 (quarta-feira)	13 (terça-feira)	14 (quarta-feira)	15 (quinta-feira)
NOVEMBRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
DEZEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)

OS CAMINHOS DA SOJA

"Digo de fui, digo que gostei. À passeata forte, pronta comida, bons repousos, companheiragem. O teor da gente se distraía bem".

João Guimarães Rosa

A soja é hoje um dos principais produtos agrícolas do Brasil, mas, até chegar a este ponto, ela percorreu um longo caminho. O feijão-japonês, feijão-chinês ou feijão-de-soja é uma leguminosa originária da China e do Japão e cultivada por lá há muitos séculos. Só que o Japão, onde esse grão é a base de toda a alimentação, sem espaço pra cultivar o tanto que precisa, dependia muito dos Estados Unidos. Por isso, fez um acordo com o governo brasileiro e, na década de 1970, pôs em ação a JICA (Japan International Cooperation Agency), agência que financiou o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer). Esses recursos financeiros pagaram as pesquisas da Embrapa, que desenvolveu a soja tropical, adaptada ao clima temperado, já que no Brasil ela só era cultivada na região fria, ou seja, os estados do Sul. E financiou também produtores rurais dispostos a cultivar esse feijão. As primeiras plantações foram experimentadas no Sudoeste goiano, especialmente em Rio Verde, Santa Helena e Jataí, e depois se espraiaram pelo país inteiro. Hoje, o grão já é plantado em todas as regiões, o que inclui Rondônia, Maranhão, Pará e vários estados do Nordeste.



portalsaofrancisco.com.br/alfa/capas/videos-educativos/imagens/astronomia-pb.jpg

TURISMO DO CÉU

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) atesta em documentos que Goiás tem o céu mais limpo do Brasil, na maior parte do ano. Um espetáculo que pode ser visto a olho nu e que cada vez mais chama a atenção das populações locais e de viajantes. Nos Estados Unidos, por exemplo, muitas cidades vivem do Turismo do Céu, um ramo da atividade turística ainda pouco desenvolvido no Brasil. Brotas, em São Paulo, tem o céu como um de seus atrativos, embora seja muito menos limpo que o de Goiás. Pequenos investimentos, no entanto, podem atrair turistas de alto poder aquisitivo, que possuem equipamentos apropriados. Basta que tenham alguma infraestrutura, como plataformas de concreto em áreas fora das luzes das áreas urbanas, para assentarem seus telescópios. Assim, o turista que antes acorria a localidades por algum outro atrativo (sítio histórico, cachoeiras, pedras) passa a ter motivo pra ficar pelo menos mais uma noite na cidade.

REFIS 2015

Programa de Recuperação de Crédito Municipal

DESCONTO DE
**ATÉ 100% SOBRE
MULTAS E JUROS**

De 24 de agosto a 22 de outubro



A Prefeitura de Anápolis oferece uma oportunidade para quem está em débito com a Administração Municipal. Quite seu IPTU, TSU, ISS e outros impostos vencidos até 2014. Não perca esta chance! Procure uma das unidades do Rápido (**Bairro Jundiáí, Vila Jaiara e Anashopping**) e coloque suas contas em dia.

A Prefeitura devolve o seu imposto em obras.

PARQUE ESTADUAL DE TERRA RONCA – GOIÁS

Uma das mais espetaculares atrações subterrâneas do Hemisfério Sul

Lúcia Resende

Quem sai de Brasília em direção norte, cerca de 400 quilômetros depois encontra um mundo arrebatador. O Parque Estadual de Terra Ronca, com 57 mil hectares, foi criado pela lei 10.879, de 7 de julho de 1989, e situa-se nos municípios de São Domingos e Guarani de Goiás, no nordeste goiano, divisa com a Bahia. Terra Ronca revela as entranhas da Terra despencada, revirada e reacomodada, num conjunto de

cavernas secas e molhadas de beleza estonteante.

Com uma vegetação que inclui cerrado, cerradão, matas de galeria e veredas, a área serve de abrigo a uma vasta fauna. São mais de 150 espécies de aves e quase 50 de mamíferos na região, pra não citar outras.

Em meio à paisagem, encravada no Cerrado e emoldurada pela Serra Geral de Goiás, salta aos olhos a

enorme boca do complexo universo esculpido há milhões de anos, desde que a região era banhada pelo mar, no período Pré-Cambriano superior.

O vão de entrada de Terra Ronca, com mais de 90 metros de altura e 120 de largura, é um convite irresistível para os amantes da ousadia da mãe Natureza. Mistério e surpresa estão garantidos nas grutas, nos enormes salões, nas passagens estreitas,

nos túneis, nas formações calcárias – gigantescas colunas de estalactites, estalagmites (formadas por gotinhas impregnadas por calcário que pingam por milhares e milhares de anos). A escuridão rompida poucas vezes e os rios que serpenteiam roncando por caminhos inusitados, formam lagos subterrâneos e despencam em cachoeiras completam o cenário da

verdadeira viagem por dentro da Terra.

As cavernas de Terra Ronca, um dos maiores complexos espeleológicos do Brasil e do mundo, representam uma das mais espetaculares atrações subterrâneas do Hemisfério Sul, ainda praticamente desconhecida.

De suas cavernas, sete figuram na lista das trinta maiores do Brasil. A maior delas, Angélica, tem 14.100

metros de extensão, é a 4ª maior do país. Do conjunto, pouquíssimas foram exploradas, entre as quais Angélica, Terra Ronca I e II, São Vicente, São Bernardo, Lapa do Bezerra e São Mateus.



Lúcia Resende
Professora.

COMO CHEGAR

De Brasília, seguindo pela BR-020, o caminho é por Formosa, Alvorada do Norte e Posse. Em Posse, deixa-se a BR-020 em direção a Guarani de Goiás. O Parque de Terra Ronca fica aproximadamente 40 km de Guarani de Goiás.

Saiba mais:
www.semarh.goias.gov.br

PEE GOIÁS

GOVERNO MUDA PROPOSTA E NÃO SE COMPROMETE COM A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Em Goiás, continua a prática de desvalorização dos trabalhadores em Educação, agora oficializada no Plano Estadual de Educação (PEE).

No dia 25 de junho de 2014, após três anos e meio

de tramitação e discussão no Congresso Nacional, a presidenta Dilma Rousseff sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 metas decenais e determina a elaboração ou

adequação dos planos estaduais e municipais ao plano nacional, até junho de 2015, "com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil".



Foto: Jéssica Ferreira

Bia de Lima durante audiência pública sobre o PEE, em Goiânia.

Em Goiás, formou-se a Comissão, com 19 entidades, a quem coube a avaliação/reelaboração do plano estadual vigente. O Sintego participou de todas as audiências públicas realizadas, com intervenções e propostas, a fim de garantir a elaboração de um documento que atendessem às demandas e às necessidades de Goiás, para a construção do ensino público de qualidade que a sociedade goiana busca e merece e para a valorização dos profissionais em Educação, como explica a presidenta do Sindicato, Bia de Lima.

"Nós fizemos 40 audiências públicas pra construir um plano que não fosse um plano de gaveta, mas dialogado com toda a comunidade escolar, com todos aqueles envolvidos na Educação, direta ou indiretamente. O resultado foi um texto coeso, que incluiu as propostas advindas do rico debate promovido, com metas espelhadas e ajustadas ao PNE, especialmente no que diz respeito à valorização dos trabalhadores da Educação, tão maltratados pelo Executivo goiano".

Do projeto apresentado pela Comissão responsável pelos debates à lei nº 18.969, aprovada no dia 30 de junho, depois do

prazo estabelecido pelo PNE (e sem nenhuma discussão), sancionada no dia 22 de julho pelo governador e publicada no Diário Oficial do estado no dia 27 do mesmo mês, existe muita diferença. A Xapuri teve acesso ao comparativo entre os dois textos e as alterações são cirúrgicas, com exclusão de partes substanciais, em particular, de pontos que tratam da valorização dos profissionais da Educação.

O Sintego, que lidera a histórica luta dos trabalhadores em Educação em Goiás, alerta para a gravidade da atitude arbitrária do governador. Bia explica que é impossível falar em qualidade

da Educação sem fortalecer os pilares capazes de sustentar essa construção. "Valorizar o professor, promover formação profissional, remunerar dignamente quem educa é imprescindível. E é exatamente aí que o prejuízo é maior" – diz ela.

Na verdade, qualquer pessoa que conheça os fatos reconhece que a atitude do Executivo goiano não condiz com as orientações contidas no PNE e nem com as circunstâncias democráticas legalmente previstas no Estado. "O governo fez essas mudanças, sem nenhum diálogo, sem que os entes envolvidos na construção soubessem. Fez isso nos gabinetes e encaminhou pra Assembleia de forma apressada, um texto mutilado, que do dia para a noite foi votado, já no final do semestre, sem nenhuma discussão, sem nenhuma consideração com o documento construído ao longo de meses junto com a população. Na verdade, o PEE perdeu a riqueza das discussões que foram feitas, para favorecer um plano da conveniência do governador, e

não dos interesses da Educação", declara Bia de Lima.

As mudanças do governo No que diz respeito à formação inicial e continuada de professores, em todos os níveis, os cortes atingiram todos os pontos previstos. Há, além disso, exclusão sistemática de propostas que visem à qualificação e formação de profissionais para a Educação do campo, de populações quilombolas e de pessoas com deficiência. Também foram retiradas do texto as propostas com relação a remuneração, data-base, concurso público, equiparação salarial com outras categorias, condições de trabalho, gestão democrática e autônoma das escolas, etc.

Com relação aos servidores do quadro administrativo, a situação é a mesma. Ou seja, o governo goiano se exime, oficialmente, dos compromissos básicos com o que poderia sustentar a Educação de qualidade que se pretende.

Também é importante destacar os cortes relacionados à estrutura física das escolas, seja para atender

alunos ou trabalhadores, numa direção oposta ao que determina a recém-aprovada Lei Brasileira de Inclusão e ao que estabelece o PNE. Procurada por mais de uma semana, a Seduce não se pronunciou sobre as mudanças unilaterais do governo.

E agora?

Segundo Bia de Lima, agora, é lutar! "Nós vamos fazer um seminário amplo, debatendo o PNE, o PEE e o PME de Goiânia, para que cada educador, cada trabalhador da Educação possa conhecer a fundo o que o governo de Goiás fez. O texto aprovado e transformado em lei não contempla formação, qualificação e valorização dos professores e trabalhadores da esfera administrativa. Vamos produzir um documento amplo pra denunciar o que vem acontecendo aqui. Vamos lutar para que o Plano Estadual de Educação seja da forma que nós queremos, que construimos, e não do jeito modificado pelo governo".

CONFIRA O QUE FOI RETIRADO DA PROPOSTA APRESENTADA AO GOVERNO:

- Formação inicial e continuada – professores e técnicos administrativos.
- Ampliação progressiva da jornada dos professores em uma única escola.
- Determinação de reajuste em janeiro de cada ano.
- Concurso público obrigatório para professores e técnicos administrativos.
- Garantia de segunda licenciatura para professores já efetivos.
- Prazo de cinco anos para implantação dos planos de carreira tanto no estado quanto nos municípios.
- Concurso público para interpretes e instrutores de LIBRAS e para as equipes multiprofissionais para o atendimento das pessoas com deficiência.
- Proposta de equiparação dos salários dos professores com os profissionais graduados de outras carreiras até o 5º ano do Plano (alterada para 10º ano – último).
- Garantia de autonomia financeira para as escolas públicas.
- Obrigatoriedade de informatização da gestão da escola.
- Obrigatoriedade de energia elétrica, saneamento e água para as escolas quilombolas e indígenas.
- Garantia de alojamento, transporte e alimentação dos professores que trabalham em escolas do campo, quilombolas e indígenas.
- Obrigatoriedade de aumento do percentual do orçamento anual para a Educação, que sairia dos atuais 25% para 28%.
- Transferência gradativa das escolas militares para a rede regular estadual.
- Garantia de acessibilidade em toda a rede, em 2 anos a partir da vigência do PEE.



MULHERES EMANCIPACIONISTAS INDEPENDÊNCIA – A OUTRA HISTÓRIA

Fernando A. Gelfuso

Julgando que Pedro sofresse também da conhecida atitude irresoluta do pai, Dom João VI, a princesa Leopoldina torcia para que, naqueles dias de 1821 e 1822, os políticos brasileiros pressionassem um pouco mais seu marido a desrespeitar as exigências e pressões do Parlamento português para que eles retornassem a Portugal. Daqueles momentos, constam nos anais pronunciamento da Princesa, em que afirmava: “... Pedro não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria...”.

Feito Regente em terras brasileiras pelo pai, que retornara à metrópole por exigência de rebeldes da burguesia lusitana, Dom Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Gabriel Raphael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon oscilava entre agir de acordo com as demandas das elites agrárias e comerciais da Colônia ou manter-se fiel ao pai e obediente às exigências dos revolucionários portugueses. Hesitante nas questões políticas, embora firme e determinado nos assuntos

amorosos, aquele que seria nosso primeiro imperador teve, na verdade, grandes dificuldades para conduzir o desfecho do longo processo que levou à emancipação política do Brasil. Se pôde ele passar para a História como o líder maior daquele processo, está ele a dever ao conservadorismo machista que impregnou desde sempre a historiografia oficial.

Outra História já pode e deve ser escrita, com a inclusão dos episódios que foram conduzidos pela princesa e depois imperatriz Dona Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda Beatriz de Habsburgo-Lorena, talvez a maior responsável pelas desobediências do marido às ordens de Lisboa.

A primeira grande estadista do Brasil fora educada na ilustrada corte de Viena, centro do Império Austríaco. Filha do imperador Francisco II, teve como “tutor” o nobre diplomata príncipe de Metternich, peça importantíssima no Congresso de Viena de 1815. Leitora voraz e estudante dedicada, versada em línguas (latim, francês e italiano), era dotada de amplos conhecimentos em

matemática, literatura, história, religião e ciências naturais. Gostava de visitar museus, centros de estudos e tudo mais que pudesse ampliar seus conhecimentos. Ainda jovem, foi admitida na Ordem da Cruz d’Estrela, instituição que, entre outras coisas, difundia valores como a fé e a honestidade. Casada por contrato com o herdeiro do trono português, cumpriu com esmero o papel político que cabia aos jovens das cortes absolutistas da Europa, como atestam seus escritos de 1817, ano em que chegou ao Brasil para o casamento: “por mais difícil que seja a separação de minha família, meu destino é o Brasil e o cumprirei com prazer o mais rápido possível”.

Mesmo convivendo com os deslizamentos amorosos do marido, adúltero contumaz, em nenhum momento a princesa estrangeira do Brasil descuidou dos afazeres políticos que competiam a ela e ao esposo ausente. Nos primeiros dias daquele setembro, vésperas da oficialização da Independência, Pedro estava em viagem a São Paulo, ou Santos, terra natal da sua mais ilustre amante, dona

Domitila de Castro.

Vendo-se muito pressionada pelas ordens vindas das Cortes de Lisboa, e já esgotada e até envergonhada pela humilhante situação a que eram expostos, o marido e ela, Leopoldina escreve a Pedro – ela e o ministro José Bonifácio. O teor das cartas pouco importa, o fato é que, mais do que a aspereza, a justeza das palavras levou Dom Pedro a decidir-se pelo rompimento.

Feita Imperatriz, após a Independência, ela recobriu o Palácio Imperial de São Cristóvão com o manto da honradez e da decência. Se a moralidade chegou em algum momento a permear a vida do nosso primeiro imperador, isso se deve a ela. Esmagada em seus sentimentos de mulher e mãe pelos desvios do marido



adúltero, ferida fisicamente pelas surras do marido canalha, conseguiu fazer-se amada pelo povo, que chorou sua morte prematura após um

aborto que teria sido provocado pela trulculência do filho de Carlota Joaquina.

No entanto, é ele o herói da nossa emancipação política. Nada mal para uma nação que cultua Tiradentes como “Mártir da Independência” – um “revolucionário” que morreu trinta e três anos antes da separação, por ter participado de um movimento que nunca eclodiu – a Inconfidência Mineira foi um movimento natimorto. Tiradentes, que teria tido uma filha nunca reconhecida por ele porque a mãe era negra... Ficam bem, Pedro e Joaquim, na galeria dos “heróis” construídos pela historiografia oficial.

A mesma historiografia que aloca em sua galeria a princesa Isabel, mas esconde outras tantas mulheres que lutaram e/ou deram suas vidas às causas políticas e militares em favor da emancipação. A Guerra de Independência da Bahia, por exemplo, é emblemática nesse quesito. São inúmeros os relatos de mulheres livres e escravizadas, brancas e negras, que teriam participado em combates. A religiosa Joana Angélica, abadesa do Convento da Lapa, foi morta ao tentar impedir a entrada de soldados da tropa portuguesa no convento. Maria Quitéria substituiu no front um escravo negado pelo pai a um emissário das forças de resistência. A moça saiu de casa com roupas do cunhado para juntar-se aos combatentes da causa nacional. Menos mal que acabou reconhecida pelo imperador e pela Federação de Futebol da Bahia que já administrou um torneio estadual com o nome do “Soldado que não era”.¹

Essas guerreiras, assim como Maria Bárbara Pinto de Madureira, Ana Joaquina, e outras tantas, estavam

do lado de fora dos muros do Palácio Imperial, muito distantes do epicentro das ocorrências políticas, mas lutaram e se fizeram presentes no processo. Quatro meses antes da declaração oficial de Independência, mais de cento e oitenta mulheres baianas assinaram uma carta em que manifestavam apoio ao Príncipe Regente e endereçaram-na à Princesa do Brasil, Dona Leopoldina. Às mulheres cabia também a difícil tarefa de administrar as situações de penúria próprias das circunstâncias de convulsões prolongadas como aquelas guerras de Independência. Os cercos levavam à escassez de víveres, e a elas competia prover as famílias com meios produzidos por suas criatividade.

Mas a historiografia ainda não tratou de aprofundar estudos sobre o grande número de episódios em que há evidências claras de participação ou atuação de brasileiras nas mais variadas frentes de todo o processo que culminou com a emancipação política do Brasil. Talvez Leopoldinas e Quitérias contribuam muito mais para a construção da cidadania do que Pedros e Joaquins. A maestrina Chiquinha Gonzaga, carbonária da República; a educadora e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, batalhadora das causas abolicionistas e liberdades de culto e expressão; Patrícia R. Galvão, a Pagu, jornalista e ativista política, e muitas outras comporiam com dignidade uma nova galeria destinada à formação da alma nacional.



Fernando Antônio Gelfuso
Historiador, Professor.

¹Santos, Joel Rufino. O soldado que não era. Editora moderna. SP. 1993.

Queijo Minas Frescal

Lúcia Resende

Lá pelas bandas das Minas Gerais é comum ouvir que, se alguém quiser ver um mineiro correndo, é só soltar um queijo ladeira abaixo. Naves fora o exagero da afirmação, é bem verdade que em nenhum outro lugar esse derivado do leite é tão apreciado. Dos pratos doces aos salgados, dos biscoitos aos bolos, acompanhando doces ou mesmo puro, o queijo é sempre presença certa nas mesas.

Curado, meia cura ou frescal, ele reina na cozinha mineira. Mas, há muito, não se restringe a ela.

A história do branquinho remonta ao século VIII, quando os portugueses chegaram às minas de ouro, longe do litoral, para iniciar o ciclo econômico que gerou riqueza e exploração na então Colônia. A labuta era exaustiva e intensa, e era preciso um alimento que durasse o dia inteiro, para sustentar os trabalhadores. Assim, uma antiga técnica portuguesa de queijo coalhado, feito de leite fresco, foi adaptada às condições locais. Surgiu então um produto nacional, que mais de dois séculos depois (2013),

seria reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio cultural brasileiro.

Jean-Baptiste Debret, que chegou ao Brasil em 1816, para ser o pintor da família real, registrou que aqui havia um produto diferente, geralmente consumido depois das refeições, a que chamou queijo de minas.

Mais de 200 anos depois, o jeito de fazer permanece praticamente igual: leite fresco, coalho, forma circular, mãos hábeis e paciência. Uma ou outra variação acontece, por exemplo, na feitura do queijo pra consumo imediato, o minas frescal.

A receita que trazemos aqui vem do Triângulo Mineiro, da Fazenda Aldeia dos Índios, banhada inteira pelo rio Grande. Ali morava Debraíla de Oliveira Vilas Boas.

A pequenez e a aparente fragilidade escondiam a mulher forte, determinada e dinâmica que, já bem velhinha, ainda cuidava da lida da casa, do quintal, do jardim, dos porcos,



Foto: Fabíola Silva

das galinhas. Cuidava dos baldes do curral ao cultivo da horta, ao plantio das flores, à rosca de gamela, ao queijo, ao requeijão, à pamonha, aos doces, aos quitutes da merenda e ao arroz com feijão do almoço e jantar.

Faz mais de 20 anos, a receita do queijo frescal me foi passada por Debraíla de Oliveira Vilas Boas, a tia Baíla minha e de muita gente, numa tarde calorosa da última década do século passado. Tia Baíla foi-se deste mundo em dezembro de 2006, aos 91 anos, mas o frescal, do jeito que ela ensinou, continua sendo fabricado por quem teve o privilégio de aprender seus ensinamentos culinários.

RECEITA

Ingredientes

12 litros de leite
2 colheres de sopa de coalho
1 copo de água fria
1 litro de água quente



Foto: Clarissa Vaz Dias

MODO DE FAZER

Coe bem o leite e aqueça ligeiramente. Misture o coalho na água fria (1 copo) e misture bem com o leite. Deixe descansar por 40 minutos. Com uma faca, corte a coalhada, fazendo um xadrez. Deixe descansar por mais 40 minutos. Em seguida, acrescente o litro de água bem quente (antes de ferver, mas já levantando bolhas no fundo da vasilha) à coalhada, mexendo rapidamente. Deixe descansar por 5 minutos, coloque numa peneira para escorrer, adicione sal a gosto. Coloque nas formas e esprema bem, acrescentando massa sempre que preciso, de um lado e outro, até formar uma massa compacta. Pronto o queijo, lavar em água fria (com a forma), salpicar com sal (a gosto) e levar direto para a geladeira. Após algumas horas, já pode ser desenformado e saboreado. Conservar na geladeira.

Obs.: A critério, podem ser acrescentados à massa já escorrida: ervas, pimenta calabresa e condimentos.



Lúcia Resende
Professora.



Fotos: Fabíola Silva

Fotos: Fabíola Silva





O CERRADO VIVE EM MIM!

Iêda Vilas-Bôas

Vivemos no Cerrado, somos parte desse solo seco, envolto em uma nuvem areienta, que chega com os ventos campineiros de agosto e só cede lugar à chuva fininha, demorona, chuva do caju, em meados de setembro.

Depois, caem os céus em pancadas. A chuvarada maneira de setembro vem para abrir alas às chuvas torrenciais, temporãs, que caem na cabeceira dos rios e vão se avolumando. Sem medo de nada. Descem correnteza abaixo de goela aberta, engolindo, arrastando e depois vomitando turbilhões, a nos

lembrar de sua força e a nos dizer, estrondosamente, que a água é força elementar da natureza, poder vital e necessário.

Água não segue lei, revira, remexe, serpenteia e sai lá adiante. Vai bebendo em sua sede insaciável barrancos, galhos, casas, gentes. Muitos já viraram também água. Fugiram às regras e não voltaram ao pó bíblico. Viraram água corrente, água bruta, para depois se transformarem em calmaria de biquinha, de olho-d'água no meio do Cerrado. Foi assim com

o Zé, com a mulher e seus dois netos, também com os muitos jovens ousados e destemidos do ruído e da fúria da água. Todos se embrenharam, para nunca mais sair, nesse redemoinho.

Depois, de novo a seca. E de novo a chuva. Assim, bem separado. No Cerrado é isso. No Cerrado existe a beleza de Eros. Eros como força fecundadora do Universo, ligado à vegetação, cuidando de todas as espécies de amores. Este é o Eros que nos interessa: o princípio da vida. Eros é belo, desperta desejos, mas é filho de Gaia, a própria

Terra, e rola no chão e cobre-se de folhas e de poeira. Brinca como criança. É terra, é chão.

À primeira vista, o Cerrado exala aos que não pertencem a este solo uma desconfiança lerda. Uma desconfiança sem motivo, ou melhor, motivada pelos preconceitos históricos que se arraigaram séculos afora. Façamos algumas reflexões: não quiseram conquistar-nos desde o início? Não viram nossas imensas riquezas? O preconceito nasce atrelado ao desconhecimento e, ainda bem, tem muitos sábios modernos que pensam que em nosso Cerrado reina o primitivo e tem onças soltas a esmo. E de fato tem: onças bravias na defesa de seus direitos, de suas crias, de seu espaço. No Cerrado tem... onças, bruxas, duendes, segredos. Que só se desvendam a quem se despir de outros lugares, costumes, tradições, para se tornar um ser cerratense.

O Cerrado vai se mostrando aos poucos. Não possui a exuberância das florestas tropicais, nem o apelo das paisagens beira mar. Vai se mostrando, como quem nele vive, em pequenas saliências.

Qual de vocês já se debruçou sobre uma caliandra, que em seu festivo carmim espria alegria e vermelhidão por entre a vegetação coberta de pó? Qual de vocês já se deitou debaixo de um pé de sucupira florido e cismou amores? Qual de vocês gastou tempo observando as proezas do uruburei e do caracará, pra ver, ali, que a cadeia alimentar e a luta pelo seu topo recomeça, instantaneamente, ao primeiro brilho do Sol?

Para mim, falar de leituras, literatura e cultura que valorizam nosso bioma me traz um enorme sentimento de pertencimento. Sim, sou deste chão sarobento, cheio de toá, chão amarelo, chão poeirento. Sou chão, sou terra, sou cerratense. Deste espaço geográfico amplo minha visão para múltiplos mundos e possibilidades, mas volto. Sempre! É aqui que meu

espírito mora. Talvez amarrado num pé de pequi carregadinho de bagos. Ou anda meu espírito preso pelas cagaiteiras, nos pés de mangaba, pelos jatobás ou, simples que é, preso nas ramadas das quaresmeiras em flor.

Não basta somente saber que o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e que ocupa uma vastidão de terras do território nacional. Importa saber que terras são essas, que povo é esse. São muitos os que vivem e sobrevivem dos recursos naturais do Cerrado: etnias indígenas esparsas e sobradas pelo acaso, quilombolas corrompidos pelo afã do mundo virtual, geraizeiros que continuam se arriscando por profissão ou afeição nas brenhas dos Gerais. São ribeirinhos, babaçueiros, vazanteiros que traduzem e compõem o valoroso mosaico do patrimônio geográfico, histórico e cultural brasileiro. Somos, com orgulho, o povo cerratense, que habita o miolo geográfico do país.

Implica saber que estamos no Planalto Central e que o Cerrado nos cobre com sua benção. Esparrama seu manto amarelo-azul-gaio-cinza sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. E, por bondade, estica seu manto para beiradas além no Amapá, Roraima e Amazonas.

Meus escritos têm a inicial pretensão de resgatar os mitos e lendas cerratenses. E de trazer as cores do Cerrado, o azul do nosso céu, a cor baça de nossas crianças, o amarelo do sol latejante em nossas cabeças. Meus escritos têm a imensa vontade de contribuir para que o Cerrado em forma geográfica, histórica, ambiental, cultural, literária ou outra qualquer, seja, sobremaneira, valorizado. O Cerrado vive em mim!





Joseph Weiss

O livro "Grandes Vultos: O Legado Vivo de Abdias Nascimento", escrito por Elisa Larkin Nascimento, sua viúva, foi lançado no Senado no dia 24 de agosto último, em evento organizado pelo senador Paulo Paim. Estiveram presentes líderes afro-brasileiros e africanos, incluindo Woyle Solinka, o único autor africano detentor do Prêmio Nobel de Literatura, e Anani Dzidzienyo, brasileiro brasileiro ganiano, estudioso das relações latino-africanas.

Neto de escravos, Abdias é considerado por muitos autores o brasileiro mais importante na luta pela efetivação da Abolição.

Segundo o professor Ollie Johnson, da Wayne University, nenhum brasileiro lutou mais e por mais tempo, no período pós-escravatura, contra a supremacia branca e o racismo.

Ator, dramaturgo, escritor, pintor, professor, pesquisador, deputado e senador, Abdias foi tema de tese de doutorado de André Luís Pereira. De acordo com o estudo que abordou o pensamento social e político de sua obra, Abdias percebia um Brasil alicerçado num modelo hierárquico de supremacia racial, de "exclusiva criação luso-brasileira, sutil, difusa, evasiva, camuflada, assimétrica

e mascarada", junto com a hipócrita democracia racial reforçada por "uma classe dirigente e seus cientistas sociais, porta-vozes teóricos", como também "pelo monopólio dos meios de comunicação, do controle dos recursos econômicos e das instituições educativas e culturais".

Assim, se "destrói qualquer tipo de solidariedade política, econômica, religiosa e familiar dos grupos negros". A oralidade, a persistência cultural e as religiões africanas tornam-se centrais à resistência e à defesa contra as ameaças e agressões.

A Frente Negra Brasileira foi

a mais importante organização após a Abolição, em 1888. Tentava-se articular um movimento nos anos 1920, mas, somente em 1938, Abdias e outros cinco jovens realizaram o I Congresso Afro-Campineiro. "A Frente fazia protestos contra a discriminação racial em lugares públicos... combatia os hotéis, bares, barbeiros, clubes, guarda-civil, departamentos de polícia, etc. que vetavam a entrada ao negro", afirmou Abdias em depoimento publicado em 1976.

O alcance do movimento multiplicou-se a partir de 1944, com a fundação do Teatro Experimental do Negro – atores negros retratando, pela primeira vez, os heróis afro-brasileiros, como crítica ao ator branco que se pintava de negro para desempenhar personagens humilhantes.

Em 1945, fundou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro que lutou pela libertação de prisioneiros políticos e apresentou, à Constituinte de 1946, propostas de direitos para empregados domésticos e políticas afirmativas para afrodescendentes, efetivados 70 anos depois.

Em 1968, plena ditadura militar, Abdias fundou o Museu de Arte Negra, com obras doadas por artistas comprometidos com a luta antirracismo. Sob a pressão de vários inquéritos policiais militares, deixou o país às vésperas do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Exilado, continuou seu trabalho como artista, agora como pintor, escritor e intelectual. Foi professor universitário emérito da Universidade Estadual de Nova York em Buffalo, de 1971 a 1981, e criou a cadeira de culturas africanas no programa de estudos porto-riquenhos. Também lecionou em Yale e

Wesleyan.

Engajou-se na luta do pan-africanismo, progressista e anticapitalista, por meio de valorização da identidade e da cultura. Propôs ao governo brasileiro o ensino da história e da cultura da África em todos os níveis da educação, tornada política pública em 2003, 26 anos depois.

Abdias propôs o modelo quilombista como ideia-força para inspirar alternativas aos arranjos sociais hegemônicos. Os quilombos resgataram a liberdade e a dignidade com a evasão do cativo e organizaram uma sociedade livre, segundo modelos africanos adaptados à realidade brasileira. Contribuíram ainda às insurreições e guerrilhas em momentos históricos da consolidação da nação brasileira.

O mestre detalhou sua concepção do Quilombismo para a superação do racismo e da exploração, fundamentado no comunalismo

(organização social coletiva, na cooperação, na criatividade e na propriedade de forma equitativa), em contraste com a realidade brasileira.

Antes de voltar ao Brasil, participou da criação do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Já aqui, participou do histórico 7 de julho de 1978, quando, perante três mil pessoas, foi lançado, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o

Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Veio a se eleger deputado federal e senador e trabalhou pela criação do Dia Nacional da Consciência Negra.

Sua viúva mantém vivas sua luta e sua memória no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, no Rio de Janeiro.



Joseph Weiss
Engenheiro Agrônomo,
Ph.D., com história de luta no
Movimento Negro.

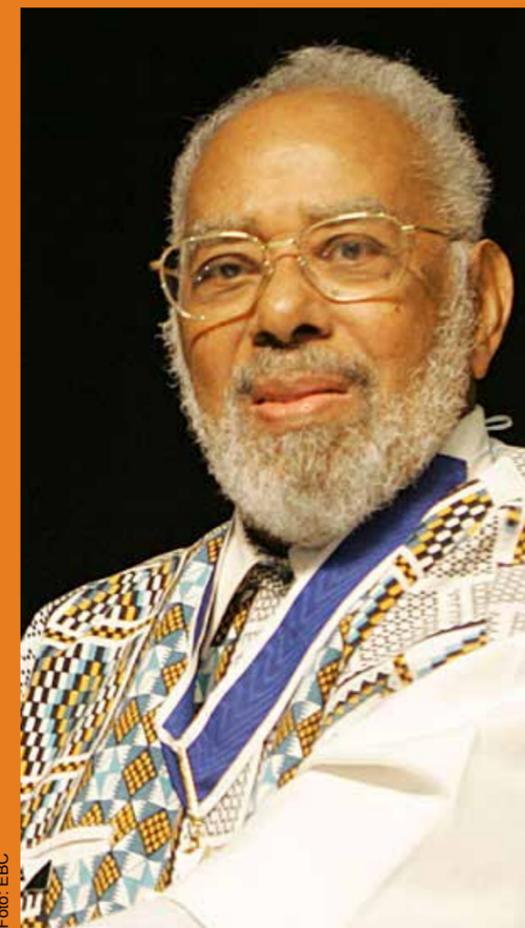


Foto: EBC

Fontes:

1. www.abdias.com.br
2. CUSTODIO, Tulio Augusto Samuel, 2009. Caminhos e Trajetos: a Trajetória Intelectual de Abdias do Nascimento Durante o Período de Exílio nos Estados Unidos (1968-1981) em Sociologia e Política, I Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba: UFPR.
3. NASCIMENTO, Abdias do, 1980. O Quilombismo. Petrópolis: Ed. Vozes.
4. PEREIRA, André Luis, 2011. O Pensamento Social e Político na Obra de Abdias do Nascimento, tese de doutorado, Sociologia, Porto Alegre: PPGS/UFRGS.

CONCEIÇÃO FREITAS

TALENTO E DOÇURA

Jaime Sautchuk

Bem menininha, ainda em Manaus, onde afluou pra esse mundo, no coração da Amazônia, ela sentia forte os ruídos de lá. Se a Mãe-D'água era cobra ou sereia, pouco importava. Os olhos puxadinhos de índios e asiáticos da ascendência materna, cabelinhos pixaim do pai baiano, talvez, o que mais enchia seus ouvidos era o botocotô dos barcos no encontro de águas e cores do Negro com o Solimões.

Os sons amazônicos são as mais remotas lembranças de Conceição Freitas, jornalista

e escritora que por mais de duas décadas encantou leitores nas páginas do jornal Correio Braziliense, de onde desembarcou em fins de agosto passado. Sua coluna diária "Crônica da Cidade", por anos a fio era o que de melhor havia naquele matutino da Capital Federal.

Ceiça, pros amigos, com seu texto doce e preciso, sabe mais do que ninguém contar histórias de coisas e pessoas ou observar detalhes meio sumidos na realidade. Ela própria, contudo, tem uma trajetória de vida repleta de casos e causos

permeados de cuidados e bondades, o que faz dela uma pessoa muito querida de quem aprecia esses predicados.

Seu tempo de manauara foi bem curto, pois ainda no colo desceu o Amazonas e foi morar em Belém, no Pará, acompanhando a família. E os ruídos aumentaram de volume. Seu pai era corretor de imóveis, vendedor de terras e florestas a sulistas de todo naipe. Andarilho de ofício, ele usava também uma carteira de jornalista, com que desfrutava de prestígio e algumas regalias. Uma delas era viajar de graça em aviões de carreira, um privilégio que esses profissionais tinham em tempos idos.

A mãe era ribeirinha, nativa da terra, e havia sido criada por uma família de portugueses, bem abastada, que tocava negócios em Manaus. Foi, em verdade, uma espécie de dama de companhia da única filha do casal lusitano, até conhecer o forasteiro com quem se casou. Tiveram dois filhos, Ceiça e um irmão, que hoje leva uma vida de artista na Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

O FARFALHAR DO JORNAL

Mesmo com situação cheia de altos e baixos, com dinheiro curto e instável, seu pai assegurou aos filhos

educação de boa qualidade, nos melhores colégios da capital paraense. E, embora pouco letrado, ele fazia questão de leituras. Certa feita, quando ainda não tinha feito 10 anos de idade, ela ganhou do pai as "Mil e Uma Noites", coleção de livros de contos populares indo-árabes. Foi um encanto.

Além de levar livros pra casa, o pai assinava o jornal Província do Pará, diário que folheava ruidosamente ao se informar dos acontecimentos globais, em sua casa. A pequena Ceiça ficava ao seu lado, ouvindo o farfalhar e apreciando as figuras do jornal. Ela costuma dizer que nasceram ali, naquele cenário doméstico, seu apego ao jornalismo, seu gosto por leituras e a vontade de escrever. "Foi o barulho do papel-jornal, folhas da árvore de onde brotei", afirma.

Esse pendão se aprofundou com as novas andanças da família, que resolveu tomar rumo sul e se instalar na jovem e promissora Goiânia, em 1972. A própria viagem de carro pelos mais de 2 mil quilômetros da rodovia Belém-Brasília, ainda de terra, já era uma aula de Brasil. O poeirão em retas infundáveis, lugarejos perdidos nos ermos, mercadores de todo tipo, gente muito pobre e gananciosos fazendeiros, de tudo teve na viagem.

Em Goiânia, porém, o pai logo faleceu, e o período de vacas gordas não veio, de modo que ela teve que trabalhar pra ajudar no sustento da família. Foi vendedora de livros e bijuterias e depois auxiliar de escritório, enquanto progredia nos estudos.

Acende, ao mesmo tempo, a luz da política, outra influência do próprio lar. Pra seu pai, havia um Deus no céu e dois na terra: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Após o golpe de



estado de 1964, a cerrada perseguição a JK era motivo de preocupação a todos os seus admiradores, o que gerava críticas ao regime militar.

Ao passar no vestibular da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Comunicação Social (área de Jornalismo, claro), ela logo se vinculou ao movimento estudantil que agitava o país inteiro.

Ela passou a fazer parte da "Viração", tendência estudantil ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que agregava uma parte da esquerda católica, então muito forte no estado. "Passei a ter intensa militância estudantil e rara presença em sala de aula", brinca ela ao lembrar aquele período de sua vida. O primeiro jornal em que trabalhou foi o Tribuna Operária, órgão oficial do partido.

Naquele período, Goiás vivia sob intensa vigilância dos órgãos federais de repressão, por ter sido foco de dois movimentos guerrilheiros em pouco mais de uma década. O camponês Zé Porfirio, líder do conflito de Formoso e Trombas, que havia sido eleito deputado estadual e cassado após o golpe, foi preso no norte do

estado em 1972 e entrou na lista dos desaparecidos políticos. E a cidade de Xambioá (hoje no Tocantins) era a porta de entrada da Guerrilha do Araguaia, que se iniciava naquele ano no sul do Pará.

DE REPÓRTER A CRONISTA

O progresso nos estudos e a dificuldade financeira, no entanto, levaram Ceiça a aceitar o emprego de repórter de polícia do jornal O Popular, porta-voz da elite goiana. Nessa função, no período de desdobramentos do assassinato do jornalista Mário Eugênio, foi chamada pra reforçar a equipe do Correio Braziliense. Ali ficou por dois anos, também na reportagem policial.

Em seguida foi repórter da sucursal de Brasília da Folha de S. Paulo e da revista Imprensa, e redatora do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef). Logo depois, porém, regressou ao jornal que a havia levado pra Brasília, ali passando também pelas editorias de Cidades e de Cultura, até assumir a coluna "Crônica da Cidade".

Nesse período, foi agraciada com dez prêmios de jornalismo, dentre os quais dois Vladimir Herzog de Direitos Humanos, dois Esso e um Embratel. Publicou dois livros, um com coletânea de crônicas, outro de contos, numa viagem pela ficção, gênero que cada vez a atrai mais.

Hoje com 57 anos, Conceição Freitas tem um filho já adolescente, mas não é casada. E, pelo menos até o momento em que eu escrevia este texto, aceitava ofertas de emprego.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor





VOU DE UBER, "CÊ" SABE...

Aplicativo que oferece serviço semelhante ao táxi tradicional, surgido nos Estados Unidos, chega ao Brasil e escancara a péssima qualidade dos sistemas de táxis adotados nas cidades brasileiras.

Antenor Pinheiro

Fosse nos dias de hoje, a cantora (?) Angélica certamente iria de Uber, e não de táxi. Seria mais charmoso matar as saudades de Luciano Huck chegando a bordo de um carrão preto importado, reluzente de limpo, ar condicionado, água mineral gelada, revistas e jornais do dia disponíveis, conduzida por motorista tipo particular de fino trato, acionado e pontualmente atendida por intermédio de seu iPhone não menos requintado. Afinal, os serviços de táxi nas cidades brasileiras são uma tragédia, tanto na qualidade oferecida,

quanto na regulação estatal do sistema.

Muito aquém do desejável num país essencialmente urbano. A canção é antiga, feita há exatos 27 anos, do tempo em que ainda havia fadas, pardais e os casais podiam mais se enamorar, como nos versos de Sivuca. O problema, igualmente, mantém-se nos piores padrões. Logo, como naquele tempo não havia celular e notebooks eram raridade, Angélica foi mesmo de táxi, "cê" sabe, tava morrendo de saudade...

Mas o futuro chegou e com ele o Uber, invenção tecnológica que

ganhou a graça da população em razão de sua eficiência, mas tem provocado discordâncias de autoridades públicas e a revolta de taxistas por onde passa. Seu objetivo é algo muito óbvio: possibilitar ao cidadão encontrar algum bom carro, com boa qualidade na prestação do serviço, que o leve ao pretendido destino. Estranho, não? Não seria este o papel do táxi? Sim, mas há controvérsias!

A ideia do aplicativo Uber foi concebida e lançada na cidade de São Francisco/EUA em 2009, expandiu-se na Europa, via Londres e Paris

em 2012, existe em todos os continentes e chegou ao Brasil em maio de 2014, ganhando a predileção dos usuários de taxis das cidades do Rio de Janeiro, depois São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Na velocidade digital, este serviço sobrepõe-se ao jeito analógico público de se resolver os problemas e espalha-se rapidamente para outras cidades igualmente carentes de melhores serviços. Como o próprio nome designa, a gíria da língua inglesa Uber significa em tradução livre "super", "mega", um "ultra" serviço de transporte remunerado de passageiros, semelhante e concorrente dos sistemas de taxis das cidades, mas ganha em competitividade destes por ser diferenciado e de melhor qualidade, queiram ou não os que agora se apegam às peculiaridades legais que regulamentam o setor. Numa sociedade cada vez mais conectada e que enfrenta sucessivos gargalos nos sistemas de mobilidade formais, um instigante e promissor atrativo, de fato.

A reação ao aplicativo no Brasil é compreensível, mas carece de melhor esclarecimento, pois não está em jogo exclusivamente a questão da regulamentação do serviço e o que isso implicaria na sua excelência. No fundo, a grande resistência ao Uber reflete o que ele representa dentro do contexto de negócios e interesses econômicos em que se transformaram os sistemas de taxis no Brasil. A própria lei federal (2011) que regulamenta a profissão de taxista aprofundou seu caráter corporativo, corrompendo o conceito da função social concebido na modalidade da "permissão pública" para exercer este relevante serviço urbano.

Além da hereditariedade do controle das licenças, esta lei inibiu a iniciativa do poder público em abrir novas

oportunidades para o exercício da profissão em virtude dos cavernosos e poderosos lobbies políticos e econômicos locais que se juntaram para conter a licitação de novas licenças, em favor da otimização da clandestina venda de alvarás e licenças públicas de taxis, que em alguns casos chega a valer R\$ 100 mil. Esses mesmos interessados, quando não agenciam vendas de licenças, controlam o aluguel de taxis a motoristas não formais, simplesmente garantindo a intangibilidade do explícito e não fiscalizado mercado de terceirização de motoristas que rende aos exploradores do negócio entre R\$ 500 e R\$ 2 mil por mês, dependendo da praça.

A chegada do Uber corrói esta perversa lógica por dentro, ferindo de morte a engenharia das corporações de taxistas, porque inflaciona gravemente o mercado negro de permissões, vez que estes mesmos explorados e ilegais motoristas de taxis podem se libertar desta condição, cadastrando-se como motoristas formais do sistema Uber. Uma concorrência interna na operação dos serviços instalou-se. Afinal, ao contrário do status atual em que impera a terceirização dos taxis, o motorista cadastrado na empresa Uber fica com 80% do valor das corridas – algo impensável nos (des) regulamentados sistemas de taxis Brasil afora.

Nesse contexto, prospera a polêmica Uber x Táxi. Sem desprezo à novidade tecnológica representada pelo aplicativo Uber e os alegados direitos dos taxistas, o que está em jogo é a qualidade e competitividade do serviço de transporte público individual de passageiros. É sintomático que, em tão pouco tempo, o aplicativo Uber seja opção preferencial dos usuários, mesmo que se pague pouco mais que o sistema

tradicional de táxi. A falência dos sistemas regulamentados de taxis é exclusivamente o fator gerador desta nova dinâmica, e a questão hoje transcende a vontade dos usuários, repousando no ambiente jurídico. Liminares autorizando e desautorizando o serviço do aplicativo Uber e a falta de decisão técnica que tenha como foco a recuperação da qualidade deste essencial serviço urbano mais uma vez reflete a incapacidade gerencial do poder público em lidar com questões públicas urgentes.

O que resolverá a questão não é a força corporativa dos envolvidos, tampouco as guerras campanhas entre os contrários, mas o bom senso da governança em providenciar a regulamentação do aplicativo Uber e a repaginação dos sistemas de taxis no cumprimento do que a lei atual já preceitua. Espera-se que o Estado, como ente moderador e regulador, equalize a indiscutível demanda da sociedade por serviços de melhor qualidade, e não docemente ceda aos interesses pouco públicos e de péssima qualidade do sistema atual. Afinal, fazer canções para os sensatos ainda prevalece sobre enredar conflitos, e andar de Uber ou de táxi, "cê" sabe, poderá ser, não apenas uma demanda da saudade, mas a prevalência do direito de opção pelo melhor que todos devemos professar.



Antenor Pinheiro

Jornalista, Coordenador da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) Regional Centro-Oeste.



ESCOLA CLASSE 410 DE SAMAMBAIA: REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental envolve mais do que a recepção de pessoas em parques, reservas ambientais e aulas de legislações. Objetiva sensibilizar as pessoas sobre a necessidade de manter o equilíbrio ambiental através de práticas simples que determinam uma mudança de hábitos. Ela mapeia os problemas ambientais, estuda os agentes envolvidos e propõe soluções de como mudar a realidade local agregando valores àquelas atividades que, ao mesmo tempo, geram emprego e renda como também preserva a cultura e a fauna e flora local. Está sendo uma necessidade de sobrevivência humana. Quem explica é a Especialista em Educação Ambiental Hermínia Maria Campos Fernandes, professora de biologia da Escola Classe 410 de Samambaia.



Com cerca de 650 alunos em média, a escola vem há quatro anos trabalhando com seus resíduos sólidos - a cada ano mais volumes devido ao consumismo exagerado.

Segundo Hermínia Maria, a meta é fazer com que o indivíduo adquira uma visão interdisciplinar tanto no aspecto social, econômico e político de cada problema ambiental, o que lhe permite a reformulação de valores e atitudes e uma nova concepção de cidadania: a Cidadania Ambiental.

Por possuir uma área verde considerável e acessível, a EC 410 de Samambaia desenvolve ações voltadas para a coleta seletiva e implementação de sistemas agroecológicos (jardins permaculturais e hortas orgânicas, agroflorestas), na qual, além do contato com a terra, trabalha-se com a educação alimentar individual e familiar e conhecimentos científicos ao longo do ano letivo.

A escolha do tema resíduos sólidos foi realizada após um diagnóstico e levantamento sobre o que mais incomodava na escola: ratos e ninhos desses, entupimento de canais pluviais, falta de manutenção e uso das áreas verdes da escola.

Hermínia Maria diz que, a partir da coleta seletiva, observaram o volume dos resíduos que poderiam ser reciclados na própria escola. “Resíduos orgânicos (exceto os do banheiro) eram suficientes para gerar adubo orgânico para todos os sistemas agroecológi-

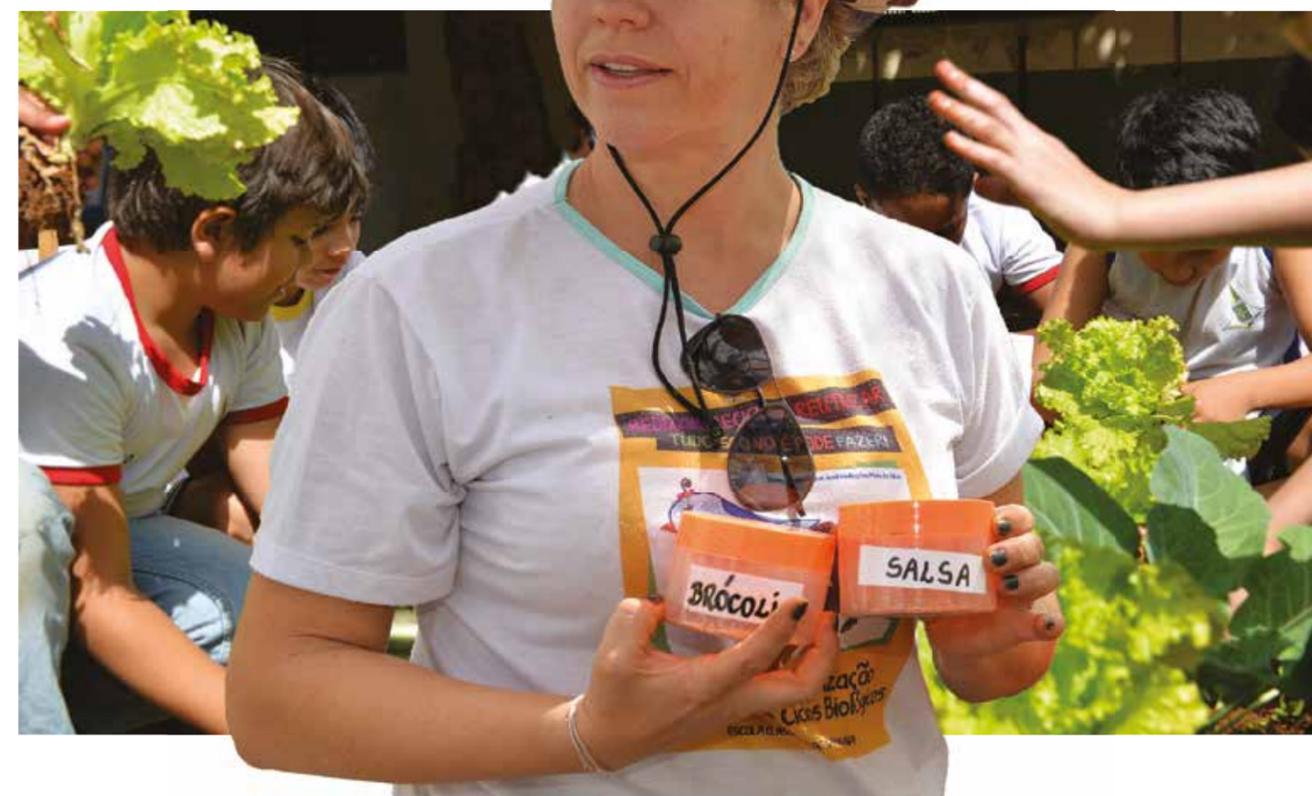
cos. Assim, foi criada uma composteira e um minhocário, onde se observa a reciclagem deste material, completando um ciclo biológico. As sobras de alimentos temperados são enviadas para os chacareiros que as recolhem diariamente”.

Alfabetização Ambiental está na introdução, para as crianças e demais seguidores da escola, do vocabulário científico de forma concreta e com o trabalho com o conceito, por exemplo, de reutilização feita através das oficinas de cadernos. Os cadernos velhos são recolhidos ao final do ano. As páginas usadas são direcionadas à reciclagem e as folhas brancas restantes serão reutilizadas para a fabricação de novos cadernos, usados como diário científico. Os Ciclos Biológicos, por sua vez, são estudados a partir do desenvolvimento de sementes até a sua colheita, e seus restos (folhas e cascas de frutas do pomar da escola) são reciclados nas ‘fábricas’ de adubo orgânico. De acordo com a professora, é feita referência à origem da palavra re-ciclar, “isto é, tornar de volta ao ciclo”, no caso, as folhas, cascas e restos de frutas e aparas de lápis se ‘transformarão’ novamente em árvores, frutas e hortaliças”. Os demais resíduos coletados seletivamente são vendidos para uma empresa de recicláveis.

Com o viveiro de mudas da escola, os estudantes percebem o desenvolvimento das sementes de hortaliças que irão para os canteiros. “Acompanham todo o ciclo biológico de cada hortaliça”, conta Hermínia Maria.

À medida que a escola foi tomando forma estrutural voltada para a formação de agentes ambientais, passou a ser referência de “Uma Escola Sustentável em Samambaia”. Hoje, recebe visitas e cede o espaço para cursos e orientações específicas da área ambiental.

Artigo completo sobre o projeto ambiental da Escola Classe 410 de Samambaia está disponível no site do Sinpro-DF, no endereço www.sinprodf.org.br.





FICA TOMA TENÊNCIA

O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica) passou um sufoco em sua 17ª edição, na Cidade de Goiás, a começar pelo seu adiamento, que chegou a parecer um prenúncio de cancelamento. Criado como parte da Semana do Meio Ambiente, em junho, neste ano foi realizado na segunda semana de agosto, com orçamento reduzido. Mas, com vigor renovado, com jeito de que tomou tenência e de que volta ao seu formato original, que o fez um evento cultural respeitado mundo afora.

Há, é bem verdade, um bom caminho até que isso se efetive, mas o importante é que o formato adotado este ano agradou os realizadores e a comunidade local, que sempre foi a força mais ativa no festival. Afinal, nos últimos anos o Fica vinha se transformando em pura quermesse, valorizando shows musicais, em detrimento do cinema e do debate cultural, que eram suas marcas.

A Cidade de Goiás, também conhecida por Goiás Velho, é a

antiga Vila Boa, que foi capital do estado até a década de 1930, quando foi construída Goiânia. Foi fundada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhangüera II, em 1726, quando teve início a ocupação dos territórios do Brasil Central.

Rodrigo Santana, nativo da terra vila-boense e coordenador operacional do evento desde seus primórdios, afirma que neste ano voltou a sentir o público integrado com a natureza do festival, apesar dos pesares. É quase dramático o relato que ele nos fez dos preparativos do encontro, fora de sua época, com prazo reduzido, infraestrutura precária, dinheiro curto e um certo descrédito de todos os setores envolvidos. Mas, no fim, todos deram a volta por cima.

Há que se levar em conta, também, que existe uma equipe de produção azeitada, que em pouco tempo coloca o evento nos trinques, em seus mínimos detalhes. Neste ano, 162 pessoas trabalharam na parte operacional, que envolve o receptivo, credenciamento,

transporte, e também projeção de filmes, palcos de shows, solenidades, atendimento ao visitante, tudo, enfim. Com destaque ao grupo "Fica Limpo", que coleta lixo o tempo todo.

Lisandro Nogueira, consultor de cinema na coordenação, diz que a parte artística do evento não sofreu embaraços. "Conseguimos fazer a seleção prévia com o tempo necessário e assim asseguramos a qualidade dos filmes colocados sob julgamento", disse ele.

O cineteatro da cidade, que sempre foi o palco principal do Fica, entrou em reforma, pois já passava da hora de evitar acidentes em suas instalações desgastadas. Assim, as sessões de cinema foram realizadas em sala improvisada em um ginásio de esportes de uma escola da localidade. E o "cinemão", um largo auditório utilizado em anos passados para grandes plateias, foi tirado de cena.

Entretanto, os debates, as oficinas e os cursos foram realizados a contento em auditórios e outros espaços cedidos por escolas, igrejas,

empresas e entidades diversas. A base local da produção do festival funcionou, como já é tradicional, nas instalações do Exército. A rede hoteleira e os restaurantes locais foram credenciados ao atendimento aos convidados, como de costume, também.

É fato que o edital do Fica 2015, publicado no início do ano, manteve sua validade, o que inclui prazo de inscrição e regulamento. Assim, foram inscritos 327 filmes de todos os continentes, dos quais foram escolhidos 21 finalistas, por uma comissão de pré-seleção formada pela coordenação-geral do evento.

Os realizadores das obras selecionadas são convidados e por isso têm passagem, hospedagem e alimentação bancadas pela organização, o que é norma do festival desde sua primeira edição, em 1999. O júri de premiação, que neste ano teve cinco membros, todos brasileiros, também entra na categoria de convidado, bem como palestrantes, consultores e participantes especiais.

Há, de igual modo, eventos paralelos, como a mostra competitiva da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), que também distribui prêmios a realizadores

participantes. Neste ano houve também sessões de filmes de animação, voltadas ao público infanto-juvenil e 28 apresentações de músicos goianos, divididas nos cinco dias em três palcos assentados em diferentes pontos da cidade.

A afluência de público foi bastante satisfatória, segundo os organizadores, e isto se fez sentir nas sessões de filmes, quase todas lotadas, e nos debates e oficinas, também bastante concorridos. Vale lembrar que, em anos passados, a realização de grandes shows musicais, especialmente dos gêneros sertanejo e rock, levavam mais gente à Cidade de Goiás, mas eram comuns sessões de cinema e debates culturais ocorrerem com meia dúzia de gatos pingados.

A secretária de Educação, Cultura e Esporte de Goiás, Raquel Teixeira, hoje responsável pela organização do Fica, justificou o atraso na sua realização com a necessidade de ajuste de caixa do governo estadual. Reconheceu, contudo, que a mudança de data foi prejudicial em todos os aspectos e disse que já foi determinada a volta ao mês de junho na edição de 2016.

O governador Marconi Perillo não compareceu às solenidades

de abertura, na terça-feira, 11, e de encerramento, no domingo, 16, mas esteve na cidade e acompanhou parte da programação do último dia. Também ele declarou diversas vezes que o formato mais focado no cinema e no debate cultural significa "preservar as características que o fazem um evento conhecido e respeitado".

OS PREMIADOS

Segundo os membros do júri oficial do Fica, o elevado padrão de qualidade dos 21 filmes selecionados dificultou bastante a premiação, entre longas, médias e curtas-metragens. Pelas normas, também são premiadas duas obras goianas, que podem eventualmente estar entre os premiados na grade geral. Também são concedidos os prêmios do "júri popular", que é a votação do público, e o "Troféu Imprensa", concedido pelos jornalistas encarregados da cobertura do evento.



Jaime Scutchuk
Jornalista. Escritor



Fotos: Facebook FICA

Jaime Scutchuk

CATEGORIA	OBRA	PRÊMIO R\$
Troféu Cora Coralina (melhor obra)	Transgenic Wars - Média - França Diretor: Paul Moreira	50 mil
Troféu Carmo Bernardes (melhor longa)	O Veneno está na Mesa 2 - Brasil Diretor: Silvio Tandler	35 mil
Troféu Jesco Von Puttkamer (melhor média)	Índio Cidadão - Brasil Diretor: Rodrigo Siqueira	25 mil
Troféu Acary Passos (melhor curta)	Galus Galus - Animação - Venezuela Diretora: Clarisse Duque	25 mil
Troféu João Bennio (melhor filme goiano)	Lobo Solitário - Curta Diretor: Ranulfo Borges	40 mil
Troféu Bernardo Elis (segundo melhor filme goiano)	Maria Macaca - Curta Diretor: Lázaro Ribeiro	30 mil
Menção Honrosa 1	My Nam is Salt - Longa - Suíça Diretora: Farida Pacha	-
Menção Honrosa 2	El Rio que Nos Atraviesa - Longa - Venezuela Diretora: Manuela Blanco	-
Troféu Luiz Gonzaga Soares (júri popular)	Maria Macaca - Curta Diretor: Lázaro Ribeiro	10 mil
Troféu Imprensa	Guinée, le Territoire de Oublie - Média - França Diretor: Philippe Lafaix	10 mil

PARA AS CRIANÇAS, DIGNIDADE E CIDADANIA.

TRABALHO NÃO

Jacy Afonso

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Art. 227 - CF/1988

Em nossa história como nação, as cisões com o passado perverso, estruturado em uma lógica exploradora e indiferente ao outro, são um processo de idas e vindas que produzem novas esperanças e também, em alguns momentos, beiram o abismo da tragédia coletiva, colocando em risco o sentido de pertencimento à humanidade.

Momentos de acirrados embates entre a construção de uma sociedade justa e a manutenção de relações de exploração tomam de sobressalto nossa unidade como povo, fortalecendo o paradigma da exclusão que ultrapassa a nossa sustentável desigualdade.

Nesses "tempos bichudos", temos sido assaltados repentinamente em nossas conquistas construídas com muita luta. Propostas legislativas que ferem direitos constitucionais e convenções internacionais ratificadas pelo nosso país têm sido aprovadas à revelia do debate democrático e sem o menor pudor no Congresso Nacional.

O ataque não poupa nem mesmo aqueles que chamamos de futuro da nação. E com base em um

forte apelo à naturalização da punição e à violação de direitos legitimamente conquistados, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal passam por processos de esfacelamento, com a desfiguração das normas de proteção integral de crianças e adolescentes.

Escamoteando a previsão legal de que já a partir dos 12 anos o adolescente pode ser responsabilizado por atos contrários à lei, os defensores da redução da maioridade penal manipulam a opinião pública com o argumento raso da redução da violência no país. A proposta de Emenda à Constituição - PEC 171/1993, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos de idade nos casos de crimes hediondos, e também para homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, foi aprovada pela Câmara e agora segue para o Senado.

Estudos nas áreas de criminologia e ciências sociais demonstram que não há relação direta entre o endurecimento de penas punitivas e a diminuição dos índices de violência e que tanto as políticas de endurecimento das penas quanto as de encarceramento têm demonstrado serem ineficientes. A relação é oposta: o ingresso antecipado no sistema penal brasileiro expõe os jovens a mecanismos e comportamentos reprodutores da violência, aumentando as chances de reincidência. Nas penitenciárias, as taxas de retomada da criminalidade chegam a 70%; no sistema socioeducativo os índices estão abaixo de 20%.

A forma e as condições da aplicação das medidas socioeducativas para inibir a reincidência e promover a ressocialização são questionáveis no sentido de seu aprimoramento. O Estado descumpre a legislação ao não implementar a reintegração social. O que deveria ser espaço educacional e pedagógico, com

primazia de políticas humanistas, configura-se em amontoado de jovens com poucas possibilidades de convivência, estudo e lazer, e onde a violência se reproduz. O trabalho, então, não pode ser para encarcerar jovens em locais sem qualquer possibilidade de acolhimento e reinserção social. A luta é pela melhoria dos espaços e das condições para que os adolescentes tenham a oportunidade de resgatar sua cidadania.

A redução da maioridade penal representa o encarceramento da juventude pobre e negra, atingindo em sua maioria os filhos dos trabalhadores. São esses mesmos jovens que serão inseridos, a partir dos 14 anos, no mercado de trabalho, se aprovada a PEC18/2011 e seus apensos. A Constituição Federal em seu Art. 7º, inciso 33, proíbe que pessoas menores de 16 anos exerçam qualquer forma de trabalho, salvo os aprendizes, que podem começar a partir dos 14 anos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad/IBGE, entre 2001 e 2013, o Brasil reduziu em 58,1% o índice de crianças e adolescentes envolvidos em algum tipo de atividade laboral; a média mundial de redução foi de 36% no mesmo período. As políticas públicas brasileiras de redução da desigualdade e de combate à pobreza têm sido importantes para a diminuição do trabalho infantil. À medida que as famílias são assistidas financeiramente por programas sociais, como o Bolsa Família, por exemplo, a tendência é de as crianças não trabalharem para complementar a renda. Isso garante, dentre outras coisas, a frequência à escola.

A entrada precoce no mercado de trabalho impede o pleno desenvolvimento físico, intelectual e psicológico de crianças e adolescentes. Além de esses jovens serem afastados da convivência familiar, perdendo um tempo precioso que teriam para estudar,

descansar, brincar, eles ficarão expostos a diversas formas de violência, pois dificilmente as condições de trabalho são as adequadas à idade.

A Constituição Federal prevê que o trabalho humano proporcione dignidade às pessoas. No entanto, as Propostas de Emenda Constitucional desconsideram o princípio da dignidade humana e o direito ao não trabalho como pressuposto para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes. Também desprezam o compromisso firmado pelo Brasil para erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016, conforme previsto na Convenção 182, da OIT; e todas as formas de trabalho infantil, até 2020.

A exploração de crianças e adolescentes deve ser motivo de indignação de todas e todos, pois pobre é o país que explora o trabalho infantil para alavancar seu crescimento econômico; miserável a nação que constrói sua riqueza pelas mãos de suas crianças e adolescentes. Estéril é a sociedade que se cala diante da possibilidade de parte significativa de seu futuro ser assassinada, presa, explorada. Envergonhada torna-se a comunidade que suporta a pobreza ética, moral, intelectual, pois é esta que sustenta o ciclo da outra, que jamais pode ser usada para justificar o trabalho infantil.

As reduções da maioridade penal e da idade mínima para o trabalho são decisões tão miseráveis quanto o contexto social de violência, de pobreza e de desigualdades que lutamos para eliminar. A barbárie social é um problema coletivo. O sofrimento de qualquer pessoa nos diminui a todos, pois somos parte de uma mesma humanidade.



Jacy Afonso de Melo
Dirigente Nacional da
Central Única dos
Trabalhadores - CUT



Emprego é prioridade na pauta de reivindicações dos bancários

Insatisfeito com a onda de demissões deflagrada pelas instituições financeiras, o movimento sindical exige mais contratações e cobra dos bancos a garantia do emprego, item prioritário da pauta de reivindicações da Campanha Nacional 2015, definida pelos bancários e bancárias de todo o país. Os trabalhadores reivindicam o fim das demissões e da rotatividade e combatem às terceirizações diante dos ris-

cos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.

A política nefasta dos banqueiros, que só visam o lucro em detrimento do sofrimento dos empregados, é rechaçada com veemência pelos representantes dos trabalhadores. A alegação é de que não há razão para tantas demissões e fechamento de postos de trabalho, uma vez que os bancos

continuam lucrando, independente do cenário econômico do país.

Para o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**, as demissões são injustificáveis. *"Não existe crise para este setor, que sempre ganha, seja quando terceiriza, se funde a outros, ou com os avanços tecnológicos. Portanto é lamentável que a ganância desmedida dos banqueiros faça com que demitam para ganhar ainda mais"*, ressalta o dirigente sindical.



SUGADORES



IDEIAS PARA UMA HISTÓRIA

Altair Sales Barbosa

A região dos cerrados é um ponto de encontro entre a Amazônia, o Nordeste e o Sul. O planalto, revestido de cerrado, é recortado pelos rios das três grandes bacias brasileiras (do Amazonas, do Paraná e do São Francisco), acompanhadas de matas de galeria, ora mais ora menos largas. No encontro dos rios das três bacias formou-se uma extensão maior de floresta, conhecida como Mato Grosso de Goiás. As áreas de matas oferecem solos para cultivos, a serem instalados no começo das chuvas de verão; o Cerrado é muito rico em caça e em grandes e variados frutos que podem complementar a agricultura no começo das chuvas; os rios

proporcionam muito peixe no começo da seca.

Muito antes dos horticultores ceramistas, os caçadores/coletores pré-cerâmicos se haviam esparramado pelo território, utilizando os recursos de acordo com suas necessidades e com sua tecnologia. Não se tem ainda nenhuma ideia de quando e como se instalaram os cultivos. Aparentemente eles não surgiram nesta área, porque as diversas tradições tecnológicas até agora estudadas pertencem a horizontes mais amplos e as datas mais altas para horticultores já instalados se encontram fora da região. Faz exceção a Tradição Uru, até agora só conhecida no oeste

de Goiás, mas que certamente ultrapassa os seus limites em direção ao Mato Grosso, ainda não pesquisado. Os cultivos poderiam ter chegado através da migração de grupos horticultores, ou pela aculturação dos caçadores/coletores anteriormente aí presentes, que os poderiam ter recebido de vizinhos. É possível que ambos os fenômenos tenham ocorrido.

Certamente não se pode mais resumir todo o jogo do povoamento em deslocamentos de grupos já prontos, porque sobra a pergunta: onde eles se formaram? Certamente, como nas outras áreas do mundo, os sistemas agrícolas desenvolvidos por populações

índigenas, como as de Goiás, são o resultado final de um longo processo de experimentação, de coleta, cultivo e domesticação, desenvolvimento e empréstimo de técnicas de um ajustamento da sociedade. Talvez a transição do período úmido e quente do altitermal para um período mais seco e ameno fosse a ocasião de povoamento.

O fato é que, àquela altura, no centro do Brasil ainda se desconhece por completo todo o processo, e depois dos caçadores se encontram de repente, em grupos já formados, os horticultores ceramistas num tempo em que o ambiente supostamente já era o atual. O mais antigo até agora detectado é o da Fase Pindorama, supostamente horticultor, que já tem cerâmica ao menos desde 500 a.C. Depois aparece a Tradição Aratu/Sapucaí, a Una, a Uru e a Tupi-guarani.

As diferentes Tradições (cerâmicas) de horticultores exploram ambientes e cultivos diversos. A Tradição Una coloniza vales enfiados, geralmente pouco férteis, com predominância de cerrados,

usando como habitação os abrigos e grutas naturais, e como economia uma forte associação de cultivos, onde predomina o milho, com a caça e com a coleta. Imagina-se que a população se distribuía em pequenas sociedades, mais aptas para explorar os recursos diversificados que poderiam alcançar do seu ponto de instalação: o rio próximo, a pequena mata de galeria, o cerrado e muitas vezes o campo no alto do chapadão.

Os primeiros aldeões conhecidos são os da Tradição Aratu/Sapucaí. Seu domínio são os contrafortes baixos das serras do centro-sul e leste de Goiás, especialmente as áreas férteis e mais florestadas do Mato Grosso de Goiás, onde podem instalar uma economia mais fortemente dependente de cultivos, mas provavelmente explorando os frutos do Cerrado, a caça e a pesca. Sua população é numerosa e nenhum outro grupo conseguiu infiltrar-se no seu território, que por seus recursos deveria ser muito ambicionado. Suas aldeias populosas poderiam permanecer

longamente no mesmo lugar e quando era desejado poderiam se deslocar para um espaço próximo, porque o território era fértil e estava sob domínio. Também o sistema de cultivo baseado em tubérculos e provavelmente no milho pôde resistir aos avanços dos grupos mandioqueiros da Tradição Uru e Tupi-guarani.

A Tradição Uru chega mais tarde e domina o centro-oeste do estado. Avançando ao longo dos rios, ocupa terrenos mais baixos, provavelmente de pouca utilidade para os aldeões ali antes instalados, mas importante para eles por causa da locomoção e principalmente da pesca. Dessa forma se criou entre os dois grupos uma fronteira bastante estável, mas talvez não sempre pacífica, onde aparentemente a Tradição Aratu é mais receptiva, aceitando elementos tecnológicos selecionados, entre os quais não está a mandioca e seu processo de transformação, aceito apenas em locais restritos.

A Tradição Tupi-guarani parece a mais recente das populações de aldeias, tendo

um certo domínio sobre o vale do Paranaíba e, a partir do rio, acompanha os afluentes, indo acampar nos abrigos anteriormente habitados pela Tradição Uru. Também há aldeias dispersas na bacia do Alto Araguaia, mas aparentemente sem muita autonomia, convivendo às vezes na mesma aldeia com grupos horticultores de outras Tradições. O Tupi-guarani da bacia do Tocantins tem aldeias ainda mais dispersas e, recentemente, como se realmente fosse, tal qual se imagina, populações vindas já no período colonial e que ali enfrentariam não os demais índios aldeões já instalados, mas também os colonizadores brancos que os teriam trazido.

Se a Tradição Uru e Tradição Tupi-guarani, mandioqueiros, parecem mais próximos às culturas amazônicas, embora talvez não tenham procedência imediata de lá, a Tradição Aratu/Sapucaí faz parte de uma Tradição mais de centro-nordeste. A Tradição Una, com menos domínio sobre áreas abertas, antes disputadas, se comprime numa faixa entre estes e as populações coletoras-cultivadoras do planalto meridional, conhecidas por suas aldeias de casas subterrâneas. Não obstante esta sua posição marginal, é nela, fora da Amazônia, que estão as datas mais antigas para a cerâmica; talvez seja ela uma forma de cultura anterior ao desenvolvimento dos aldeões e, quem sabe, a origem deles.

Talvez, exceto o Tupi-guarani, as outras Tradições viveram no território durante séculos sem muita movimentação, como numa terra que era deles -- entre 70 e 100 gerações de horticultores sem maiores mudanças, a não ser as normais adaptações de fronteiras, onde populações mais antigas aceitem novas tecnologias recém-vindas.



Isso até o dia em que irromperam na área, em grandes destacamentos armados, homens diferentes, não interessados em plantar, colher e caçar, nem em construir aldeias entre o Cerrado e a mata, ou à beira da lagoa ou do rio. Queriam levar gente, pedras brilhantes e ouro. Para muito longe. Meados do século XVII.

Era o caos. As roças pilhadas, as aldeias demolidas, as mulheres violentadas, as terras de cultivo invadidas, as pessoas morrendo de doenças desconhecidas. A guerra foi a solução ditada pelo desespero. A derrota leva a aldeamento, a desmoralização, a extinção ou a fuga, as consequências.



Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia/
Arqueologia pela
Smithsonian Institution -
EUA



3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Mais direitos, participação e poder para as mulheres

11.09 | 8h às 18h

Auditório da Secretaria de Educação
Quadra 15, Etapa "A" - Valparaíso I

Inscrições até
10 de setembro

Informações: (61) 3629-8246
3confmulheresval@gmail.com
valparaisodegoias.go.gov.br



A ERA DAS GRANDES TRANSFORMAÇÕES

Leonardo Boff

Vivemos na era das Grandes Transformações. Entre tantas, destaco apenas duas: a primeira no campo da economia e a segunda no campo da consciência.

A primeira, na economia, começou a partir de 1834 quando se consolidou a revolução industrial na Inglaterra. Consiste na passagem de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado. Mercado sempre existiu na história da humanidade, mas nunca uma sociedade só de mercado. Quer dizer, a economia é o que conta, o resto deve servir a ela.

O mercado que predomina se rege pela competição e não pela cooperação. O que se busca é o benefício econômico individual ou corporativo, e não o bem comum de toda uma sociedade. Geralmente esse benefício é

alcançado à custa da devastação da natureza e da gestação perversa de desigualdades sociais.

Diz-se que mercado deve ser livre, e o Estado é visto como seu grande empecilho. Missão deste, na verdade, é ordenar com leis e normas a sociedade, também o campo econômico, e coordenar a busca comum do bem comum. A Grande Transformação postula um Estado mínimo, limitado praticamente às questões ligadas à infraestrutura da sociedade, ao fisco e à segurança. Tudo o mais pertence e é regulado pelo mercado.

Tudo pode ser levado ao mercado como água potável, sementes, alimentos e até órgãos humanos. Esta mercantilização penetrou em todos os setores da sociedade: a saúde, a educação, o esporte, o mundo das artes e do

entretenimento e até nos grupos importantes das religiões e das igrejas com seus programas de TV e de rádio.

Essa forma de organizar a sociedade unicamente ao redor dos interesses econômicos do mercado cindiu a humanidade de cima a baixo: um fosso enorme se criou entre os poucos ricos e os muitos pobres. Vigora perversa injustiça social.

Simultaneamente se criou também uma iníqua injustiça ecológica. No afã de acumular, foram explorados de forma predatória bens e recursos da natureza, sem qualquer limitação e respeito. O que se busca é o enriquecimento cada vez maior para consumir mais intensamente.

Essa voracidade encontrou o limite da própria Terra. Ela não possui mais todos os bens e serviços

suficientes e renováveis. Não é um baú sem fundo. Tal fato dificulta, se não impede a reprodução do sistema produtivista/capitalista. É sua crise.

Essa Transformação, por sua lógica interna, está se tornando biocida, ecocida e geocida. A vida corre risco, e a Terra poderá não nos querer mais sobre ela, porque somos demasiadamente destrutivos.

A segunda Grande Transformação está se dando no campo da consciência. Na medida em que crescem os danos à natureza, que afetam a qualidade de vida, cresce simultaneamente a consciência de que, na ordem de 90%, tais danos se devem à atividade irresponsável e irracional dos seres humanos, mais especificamente, daquelas elites de poder econômico, político, cultural e mediático que se constituem em grandes corporações multilaterais e que assumiram os rumos do mundo.

Temos, com urgência, que fazer alguma coisa que interrompa o percurso para o precipício. O primeiro estudo global que estudou o estado da Terra foi feito em 1972. Revelou-se que ela está doente. A causa principal é o tipo de desenvolvimento que as sociedades assumiram. Ele acaba ultrapassando os limites de suportabilidade da natureza e da Terra. Temos que produzir, sim, para alimentar a humanidade. Mas de outro jeito, respeitando os ritmos da natureza e seus limites, permitindo que ela descanse e se refaça. A isso se chamou de desenvolvimento humano sustentável, e não apenas crescimento material, medido pelo PIB.

Em nome desta consciência e desta urgência, surgiram o princípio responsabilidade (Hans Jonas), o princípio cuidado (Boff e outros), o princípio sustentabilidade (Relatório Brundland), o princípio da cooperação (Heisenberg/Wilson/Swimme), o princípio

prevenção/precaução (Carta do Rio de Janeiro de 1992 da ONU), o princípio compaixão (Schoppenhauer/Dalai Lama) e o princípio Terra (Lovelock e Evo Morales), entendida como um superorganismo vivo, sempre apto a produzir vida.

A reflexão ecológica se complexificou. Não se pode reduzi-la apenas à preservação do meio ambiente. A totalidade do sistema mundo está em jogo. Assim surgiu uma ecologia ambiental que tem como meta a qualidade de vida; uma ecologia social que visa a um modo sustentável de vida (produção, distribuição, consumo e tratamento dos dejetos); uma ecologia mental que se propõe criticar preconceitos e visões de mundo, hostis à vida, e formular um novo design civilizatório, à base de princípios e de valores para uma nova forma de habitar a Casa Comum; e por fim uma ecologia integral que se dá conta de que a Terra é parte de um universo em evolução e que devemos viver em harmonia com o Todo, uno, complexo e carregado de propósito. Daí resulta a paz.

Então se torna claro que a ecologia mais que uma técnica de gerenciamento de bens e serviços escassos representa uma arte, uma nova forma de relação para com a natureza e a Terra.

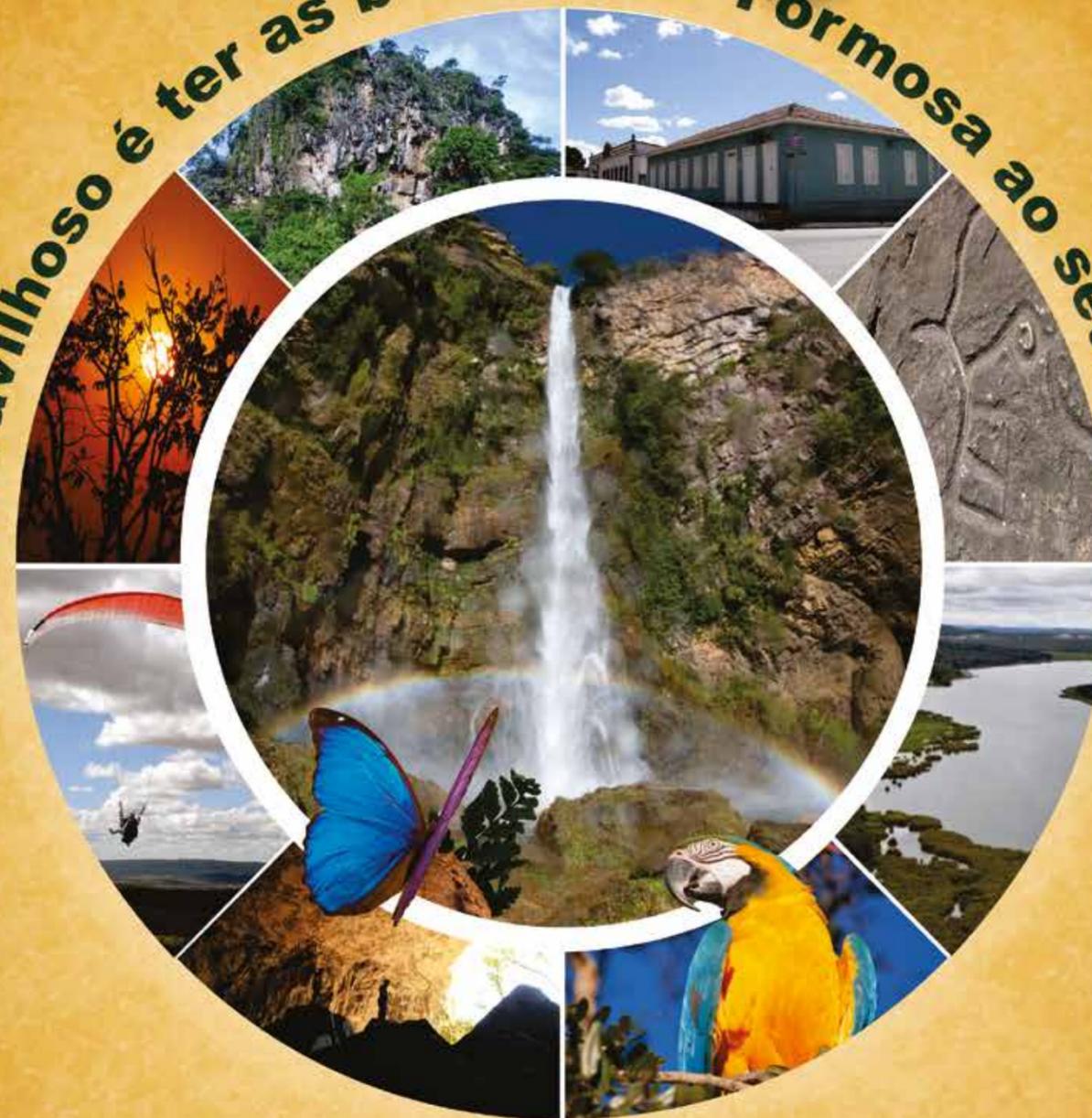
Por todas as partes do mundo surgiram movimentos, instituições, organismos, ONGs, centros de pesquisa que se propõem cuidar da Terra, especialmente dos seres vivos.

Se triunfar a consciência do cuidado e da nossa responsabilidade coletiva pela Terra e por nossa civilização, seguramente teremos ainda futuro.



Leonardo Boff
Teólogo. Filósofo. Escritor

Maravilhoso é ter as belezas de Formosa ao seu redor



Secretaria Municipal de

Turismo



PREFEITURA DE
Formosa
Construindo uma vida melhor

